



Relatório Anual de Informações 2018

A Diretoria Executiva apresenta o Relatório Anual de Informações do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada relativo ao Exercício 2018, consolidando as principais informações dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Neste Relatório, o participante encontrará as Demonstrações Contábeis do Exercício 2018, Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, Manifestação do Conselho Deliberativo e informações referentes à Política de Investimentos dos Planos de Benefícios.

Encontram-se aqui registradas, também, as ações desenvolvidas ao longo do ano e os resultados obtidos, incluindo as perspectivas para 2019.

O Relatório Anual de Informações está em conformidade com a Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, publicada pela Secretaria de Previdência Complementar.

Boa leitura!

CONTEÚDO

01. Nossos Números

02. Seus Investimentos

Cenário Econômico

Alocação do Patrimônio dos Planos de Previdência

Alocação e Performance das Carteiras

03. Fatos Relevantes

Novos Convênios

Fundo Paraná – Case de Sucesso

Educação Financeira e Previdenciária

04. Perspectivas para 2019

05. Seu Plano de Previdência

Plano de Benefícios JMalucelli

Plano de Benefícios ACPREV

Plano de Benefícios DentalUNIPREV

Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro

Plano de Benefícios COPANPREV

06. Documentos Oficiais

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Parecer do Auditor Independente

Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios

Política de Investimentos para 2019

Parecer do Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho Deliberativo

Nossos Números



Nossos Números

Relatório Anual 2018

Quantos somos

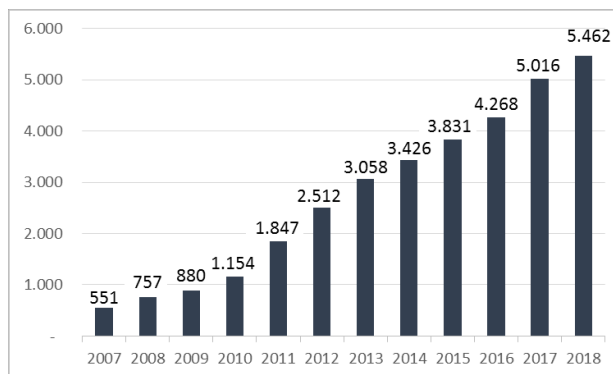
O Fundo Paraná encerrou o exercício de 2018 com **5.462** participantes, sendo 5.446 ativos e 21 assistidos, em seus 5 Planos de Benefícios, representando um crescimento de **9%** no ano.

7.049 pessoas, beneficiárias de nossos participantes, estão protegidas em caso de invalidez ou morte do segurado do Plano.

Plano	Ativos	Assistidos
JMalucelli	955	5
ACPrev	945	7
DentalUNIPrev	1.829	-
Mais Futuro	1.593	9
COPANPrev	119	-
Total	5.441	21

Crescimento do Número de Participantes

Em 31 de dezembro de cada ano



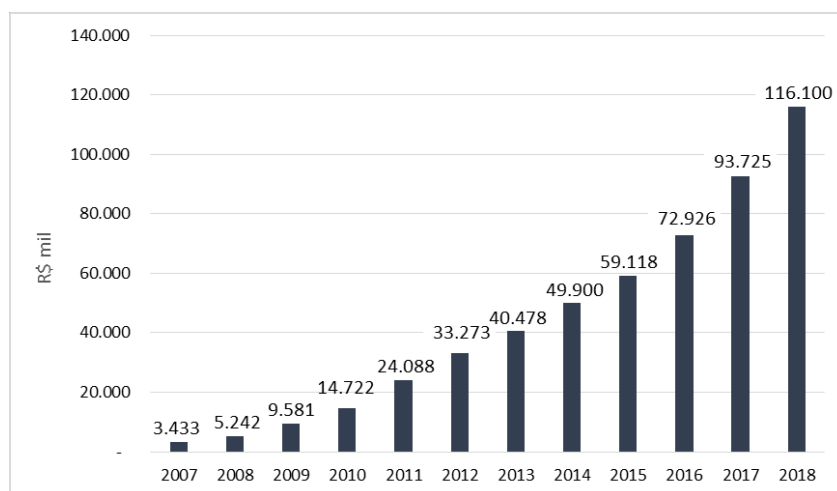
Patrimônio

O Patrimônio dos 5 Planos de Previdência cresceu **24%** em 2018, totalizando **R\$ 116,1 milhões**.

Plano	2018	2017
JMalucelli	40.772	36.957
ACPrev	28.085	25.636
DentalUNIPrev	11.123	9.183
Mais Futuro	33.012	20.565
COPANPrev	3.146	1.384
Total	116.138	93.725

Crescimento Patrimonial

Em 31 de dezembro de cada ano

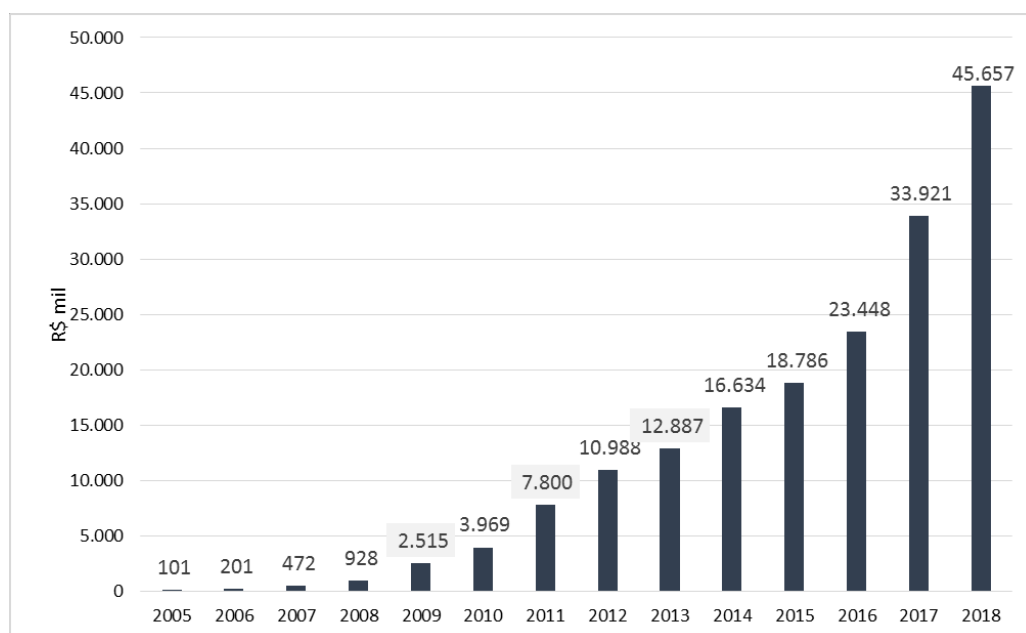


Aportes e Portabilidades

Além das contribuições normais, aportadas pelos participantes e pessoas jurídicas, os Planos de Previdência receberam um total de **R\$ 11,7 milhões** em Contribuições Adicionais e Portabilidades.

Portabilidades e Contribuições Adicionais Acumuladas

Em 31 de dezembro de cada ano



Seus Investimentos



Retrospectiva da Economia em 2018

O ano de 2018 terminou de maneira substancialmente similar à que se iniciou. Como motivos, podemos listar vários. A greve dos caminhoneiros em maio, a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, a perda de capital político do então presidente, os meses de incerteza que precederam as eleições e a maior volatilidade no mercado externo. Todos eles evitaram que as expectativas positivas que vigoravam no início do ano se consolidassem no decorrer de 2018.

Frente a todos esses percalços, as reformas não foram levadas à cabo, e o que se viu foi um final de Governo em compasso de espera pelo momento de entrega da faixa a seu sucessor. Apesar disso, a inflação permaneceu sob controle, os juros baixos e a atividade em lenta e gradual recuperação. O atraso do ajuste das contas fiscais só não foi mais impactante pois tivemos eventos não recorrentes que ajudaram, como a devolução de parte da dívida do BNDES com o Tesouro Nacional e o resultado positivo do Banco Central.

No âmbito externo, o ano de 2018 se mostrou extremamente desafiador para países emergentes, com diversos eventos adversos ocorridos durante o ano. A normalização da política monetária em países desenvolvidos, a guerra comercial entre EUA e China, o crescente risco de uma nova crise do Euro com a Itália, a desaceleração da economia chinesa, a ausência de acordo entre a União Europeia e o Reino Unido sobre o Brexit e a crescente preocupação sobre uma possível recessão nos EUA foram eventos que marcaram o ano.

No entanto, depois de quatro aumentos de taxa em 2018, o FED sinalizou, no final do ano passado, que os juros americanos já se encontram perto da taxa de juros neutra do país. A iminência de uma recessão na economia americana, temida pelo

mercado, devido ao longo período de crescimento pelo qual o país está passando, pode contribuir para uma estabilidade da taxa de juros em 2019.

Alocação do Patrimônio dos Planos de Previdência (Consolidado)

Alocação Patrimônio Consolidado em R\$ mil – Posição em 31.12.2018		
JMALUCCELLI PARANA FI	90.832	78,2%
JMALUCCELLI EXECUTIVO	1.146	1,0%
JMALUCCELLI MARLIM	16.007	13,8%
JMALUCCELLI SMALLCAPS	5.306	4,6%
EMPRÉSTIMO	2.394	2,1%
CAIXA	453	0,4%
TOTAL	116.138	100,0%

Alocação e Performance das Carteiras

Carteira de Renda Fixa

O Fundo Paraná realiza seus investimentos em Renda Fixa através de um Fundo Exclusivo: o Fundo JMalucelli Paraná FI Renda Fixa. Esse Fundo distribui os recursos entre diferentes tipos de aplicações disponíveis no mercado, evitando concentrações e minimizando os riscos.

COMPOSIÇÃO da CARTEIRA (DEZ/2018)

Ativo	31.12.2018 (R\$ mil)	PL (%)
Títulos Públicos	88.327	97,20%
Crédito Privado	896	1,00%
Fundos de Investimento	11	0,00%
Caixa e Disponibilidades	1.660	1,80%
Contas a Pagar/Receber	-62	-0,10%
TOTAL	90.832	100,00%

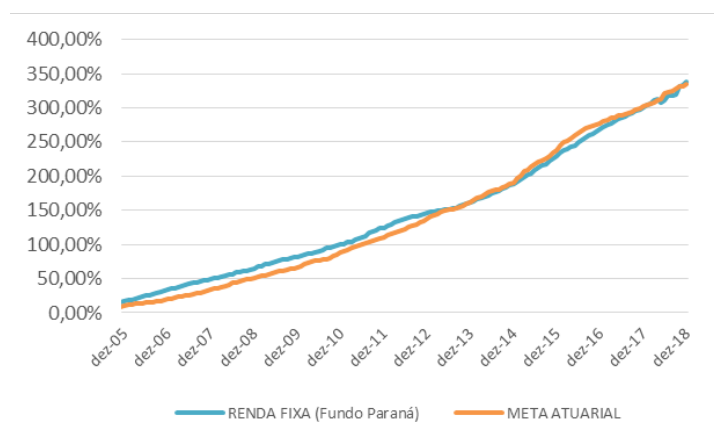
RENTABILIDADE MENSAL da CARTEIRA de RENDA FIXA em 2018

2018	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	ano
Renda Fixa	1,05	0,50	1,02	0,41	-1,15	0,69	1,63	0,04	0,51	2,82	0,28	1,09	9,21
Meta Atuarial	0,62	0,50	0,44	0,58	0,80	1,80	0,64	0,40	0,63	0,79	0,10	0,49	8,05

A rentabilidade do Fundo Exclusivo, em 2018, foi de 9,21% a.a., representando 144% da Rentabilidade Mínima Atuarial no mesmo período. Devido à composição diversificada do Fundo Exclusivo, que inclui títulos com taxas de juro pré-fixadas, sujeitos à oscilação do mercado, e com comportamentos diferenciados do CDI, o benchmark adotado corresponde à Rentabilidade Mínima Atuarial dos Planos de Previdência do Fundo Paraná (INPC + 4,5%a.a.).

A carteira de renda fixa possui NTN-Bs com rentabilidades entre INPC + 4,6% e 6,4% e vencimentos entre 2019 e 2050, que foram adquiridas de acordo com os compromissos de pagamento de benefícios determinados pelos Cálculos Atuariais.

RENTABILIDADE ACUMULADA (desde o início do Fundo)



Carteira de Renda Variável

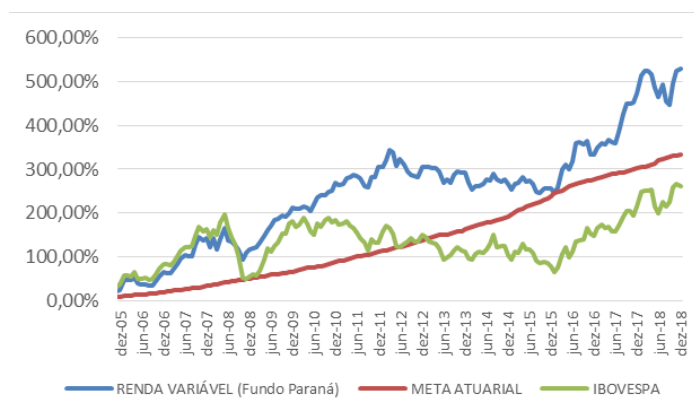
Os investimentos em Renda Variável são realizados através de dois Fundos de Ações:

o **JMalucelli Marlim Dividendos FIA** e o **JMalucelli Small Caps FIA**. Em 2018, a rentabilidade da Carteira foi de 9,90% a.a.

RENTABILIDADE MENSAL da CARTEIRA de RENDA VARIÁVEL em 2018

2018	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	ano
Renda Variável	7,1	2,0	-0,2	-1,0	-5,0	-3,7	5,0	-6,3	-1,7	9,1	4,7	0,9	9,9
Índice Bovespa	11,1	0,5	0,0	0,9	-10,9	-5,2	8,9	-3,2	3,5	10,2	2,4	-1,8	15,0

RENTABILIDADE ACUMULADA (desde o início do Fundo)



Rentabilidade apurada pela média ponderada dos Planos administrados pelo Fundo Paraná.

JMalucelli Marlim Dividendos FIA

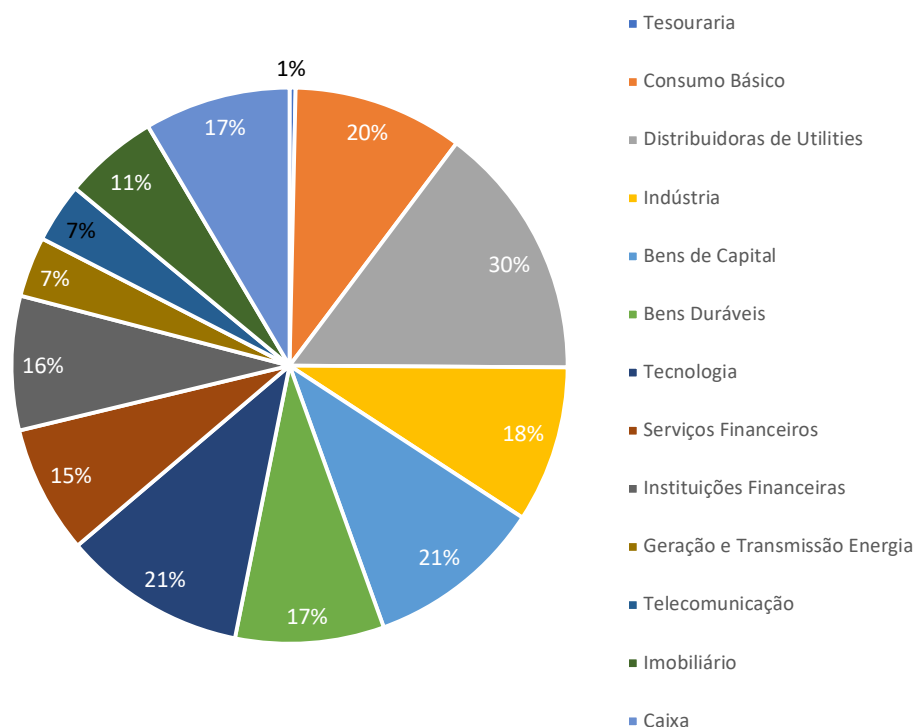
Fundo de investimento em renda variável cuja carteira é composta por ações de companhias abertas com boas perspectivas de distribuição de lucros, selecionadas a partir de uma análise fundamentalista e um horizonte de longo prazo, preferencialmente com um dividend yield* maior do que 6% nos últimos 3 anos. Investir em ações de companhias capazes de distribuir lucros significa ser dono de empresas que, em sua maioria, representam negócios estáveis, com marcas consolidadas e vantagens competitivas.

* *dividend yield* – representa a rentabilidade relativa aos dividendos pagos aos acionistas da empresa. É calculado através da divisão dos dividendos pagos por ação pela cotação atual da ação, em determinado período.

JMalucelli Small Caps FIA

Fundo de investimento em renda variável cuja carteira é composta por ações de companhias abertas de pequeno e médio porte, com expressivo potencial de valorização no longo prazo e valor de mercado de até 4 bilhões de reais no momento da aquisição. Investir em ações de companhias de menor porte significa ter a possibilidade de beneficiar-se do crescimento de seus negócios. O processo de análise e escolha destas ações baseia-se em estudos especializados, que permitem um conhecimento profundo do modelo de negócios de cada companhia. Com uma gestão que combina o conhecimento das empresas nas quais investe com a disciplina necessária para colocá-la em prática, o JMalucelli Small Caps FIA procura gerar rentabilidades superiores ao desempenho do Ibovespa, essencialmente no longo prazo.

COMPOSIÇÃO dos FUNDOS de RENDA VARIÁVEL - Marlim Dividendos FIA e Small Caps FIA –



Operações com Participantes – Empréstimo Pessoal

A Carteira de Empréstimos é destinada a todos os Participantes Ativos e Assistidos dos Planos de Previdência do Fundo Paraná. Em 2018, a taxa mensal cobrada foi de INPC + 0,8% a.m., uma das mais baixas do mercado.

O empréstimo, além de representar um benefício imediato oferecido ao Participante, é um investimento com excelente rentabilidade e baixíssimo risco para o patrimônio do Plano.

A meta de alocação da Carteira de Empréstimos, segundo a Política de Investimentos para 2019, é de 15% (quinze por cento) do Patrimônio do Plano.

Fatos Relevantes



Novos Convênios

Durante o ano de 2018, o Fundo Paraná firmou diversos convênios com empresas, conselhos profissionais e cooperativas, oferecendo a seus colaboradores, profissionais vinculados e familiares, acesso ao Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro.

Dentre os convênios destacamos:

- CORECON – Conselho Regional de Economia;
- LEAX – Empresa multinacional sueca que atua no segmento de Veículos pesados, Mineração e Construção, Agricultura, Indústria Geral e Telecom;
- Stampa Food – Distribuidor especializado em produtos Food Service,iogurtes Nestlé e Sorvetes Nestlé. Maior distribuidora de produtos da multinacional Nestlé no Paraná;
- Veja 7 – Empresa especializada em Soluções de Tecnologia;
- Odonto Life – Empresa prestadora de Serviços Odontológicos.



Stampa Food



CORECON



LEAX do Brasil

Fundo Paraná – CASE de SUCESSO

Em agosto, Thiago Nieweglowski, Diretor do Fundo Paraná, apresentou o Case “Fidelização: Como agregar valor aos Planos com Benefícios no presente”, no 3º Encontro Nacional de Comunicação, Relacionamento e Educação da Previdência Complementar Fechada - Mix de Ideias, promovido pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada.



Educação Financeira e Previdenciária

O Fundo Paraná busca sempre difundir conceitos e orientações sobre previdência e finanças e auxiliar a todos no planejamento de uma vida financeira equilibrada e na formação de um adequado patrimônio previdenciário.

A Educação Financeira e Previdenciária é uma prioridade na rotina do Fundo que procura, continuamente, meios eficientes de transmitir informações a seus participantes e potenciais participantes, criando novos produtos e aprimorando os que já existem.



Fundo Paraná apresenta um módulo sobre Educação Financeira e Previdenciária para Crianças no Programa Endurance da ABIS – Associação Brasileira de Inovação e Sustentabilidade – Junho/2018

Os colaboradores do Fundo Paraná são consultores e não vendedores.

Já há alguns anos, é política da Instituição investir em eficientes canais de comunicação como o site do Fundo, a página no facebook, seu canal no youtube e, mais recentemente, no Instagram.

Além disso, seus dirigentes têm participação contínua como palestrantes em diversos eventos, e também na mídia, com o objetivo de difundir a cultura previdenciária e promover a divulgação dos Planos do Fundo Paraná.

Em 2018, o Fundo Paraná teve presença diária na mídia através da participação de Renato Follador, que já há muito tempo tem sua imagem associada ao tema Previdência. Isto representa um grande diferencial na atração e retenção de participantes.

Foram programas diários na rádio CBN, colunas semanais na Tribuna do PR, inserções na Rádio e TV Evangelizar e participações eventuais em outros veículos de comunicação, além de publicações de artigos e entrevistas.



Perspectivas para 2019



Perspectivas para 2019

Relatório Anual 2018

Em 2019, o Fundo Paraná intensificará as ações de atração de novos participantes e parcerias com pessoas jurídicas.

Também, no incentivo ao aumento de contribuições, realização de aportes e atração de portabilidades.

Tudo isso reflete no crescimento da Instituição e de seu Patrimônio, o que significa maior poder de negociação de taxas nos investimentos, redução de custos para os participantes pelo ganho de escala, e mais recursos para implantação de melhorias na estrutura administrativa do Fundo.

Logo no início do ano, será finalizada a migração para o novo Sistema Operacional - Solução Corporativa Atenaprev, disponibilizado pela empresa Atena Tecnologia e Administração de Previdência. O novo sistema dará suporte ao crescimento da Instituição, com mais agilidade e segurança, além de permitir a integração com outros módulos, como o de Operações com Participantes e o módulo de Investimentos.

Com a finalidade de facilitar o acesso de nossos participantes e seus beneficiários às instalações do Fundo Paraná, está prevista a mudança de sede ainda no 1º semestre de 2019.

Planos de Previdência



Seu Plano de Previdência

Relatório Anual 2018

Plano de Benefícios JMalucelli

Criado em 2004, foi o primeiro plano administrado pelo Fundo Paraná.

Inicialmente voltado para as empresas do Grupo JMalucelli, hoje conta com empresas diversas que formalizaram Convênio com o Fundo Paraná, tendo por objetivo oferecer benefícios previdenciários para os seus empregados e dirigentes.






Por ser um Plano compartilhado entre muitas empresas, há uma redução significativa dos custos operacionais e ganhos nos investimentos, pelo aumento da escala de recursos.

Empresas Patrocinadoras:

1. CCEG CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
2. FM STUDIO 96 LTDA
3. FUNDO PARANA DE PREVIDENCIA MULTIPATROCINADA
4. INVEST BENS - ADMINISTRADORA DE BENS S/A
5. J MALUCELLI AGRO MAQUINAS LTDA
6. J MALUCELLI AVIACAO S/A
7. J MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S/A
8. J MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A
9. J MALUCELLI FUTEBOL S/A
10. J MALUCELLI RESSEGURADORA S.A.
11. J MALUCELLI SEGURADORA S A
12. J. MALUCELLI & CMC AMBIENTAL LTDA
13. J. MALUCELLI DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
14. J. MALUCELLI ENERGIA S/A
15. J. MALUCELLI HOTEIS SAO FRANCISCO LTDA
16. J. MALUCELLI RENTAL - LOCACAO DE MAQUINAS S/A
17. J.MALUCELLI HOTEIS E TURISMO LTDA
18. JM GERENCIADORA DE HOTELARIA GUARATUBA LTDA
19. JMALUCELLI GESTAO DE RECURSOS LTDA
20. JMALUCELLI SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
21. JUNTO CONTROLE DE RISCOS LTDA

22. JUNTO HOLDING BRASIL S.A.
23. PARANA BANCO S/A
24. PORTO DE CIMA ADMINISTRACAO, PARTICIPACAO E SERVICOS S/A
25. PORTO DE CIMA RADIO E TELEVISAO LTDA
26. QUEIXADA ENERGETICA S/A
27. RADIO 670 AM DE CURITIBA LTDA
28. RADIO 90.1 FM LTDA.
29. RADIO RIO VERDE LTDA
30. RENTAUTO LOCADORA DE VEICULOS LTDA
31. TELEVISAO ICARAI LTDA
32. TRAVELERS SEGUROS BRASIL S.A.
33. VALUCONCEPT CONSULTORIA E AVALIACOES LTDA
34. VILA REAL RESTAURANTE LTDA

Números do Plano em dezembro de 2018:

Perfil de Investimentos	Conservador	Moderado	Agressivo
 Patrimônio	R\$ 15.218 mil	R\$ 11.718 mil	R\$ 13.836 mil
 Rentabilidade	6,7%	8,5%	7,7%
Patrimônio Total do Plano	R\$ 40.772 mil		
Participantes			
% por Sexo	48,5%		51,5%
Idade Média	34 anos		37 anos
Total de Participantes	960 participantes, sendo 5 assistidos		
 Contribuição Mensal Média	R\$ 308,15		






Plano de Benefícios ACPrev

Criado em 2006, o Plano de Benefícios ACPrev foi desenvolvido para a ACP - Associação Comercial do Paraná -, a mais importante Instituição Classista do Estado do Paraná. Atualmente, o Plano conta com 8 instituidores e 12 empresas associadas. Qualquer pessoa que possua vínculo empregatício, associativo, cooperativo, classista ou sindical com alguma destas instituições, e também seus parentes até o 3º grau, pode aderir ao Plano.

Instituidores

1. ACP- Associação Comercial do Paraná (Instituidor Principal)
2. ASSEMIB - Associação dos Empregados da Itaipu Binacional
3. ASPREV - Associação dos Empregados da Paraná Previdência
4. FETRANSPAR - Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná
5. SINAEP - Sindicato dos Administradores do Estado do Paraná
6. SINDIMÓVEIS - Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Paraná
7. SINDYPSI - PR - Sindicato dos Psicólogos no Estado do Paraná

Números do Plano em dezembro de 2018:

Perfil de Investimentos	Conservador	Moderado	Agressivo
 Patrimônio	R\$ 10.216 mil	R\$ 10.510 mil	R\$ 7.359 mil
 Rentabilidade	7,77%	7,81%	7,69%
Patrimônio Total do Plano	R\$ 28.085 mil		
Participantes			
% por Sexo	52,8%		47,2%
Idade Média*	39 anos		39 anos
Total de Participantes	952 participantes, sendo 7 assistidos		
 Contribuição Mensal Média	R\$ 209,21		

* incluídos no cálculo da média de idade, os planos de menores;






Plano de Benefícios DentalUNIPrev

Criado em setembro de 2012, atende especificamente os cooperados e colaboradores da DentalUni - Cooperativa Odontológica. O Plano tem como diferencial o depósito de 1% do valor da produção mensal do Cooperado, diretamente em sua conta individual, feito pela Cooperativa.

Instituidor:

DentalUNI - Cooperativa Odontológica

Números do Plano em dezembro de 2018:

Perfil de Investimentos	Conservador	Moderado	Agressivo
 Patrimônio	R\$ 2.728 mil	R\$ 5.199 mil	R\$ 3.196 mil
 Rentabilidade	7,54%	7,81%	7,57%
Patrimônio Total do Plano	R\$ 11.123 mil		
Participantes			
% por Sexo	67,0%	33,0%	
Idade Média	36 anos	39 anos	
Total de Participantes	1.829 participantes		
 Contribuição Mensal Média	R\$ 49,19		

Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro






Criado em outubro de 2012, o Plano Mais Futuro é um Plano totalmente inovador. Pela primeira vez na história da Previdência Complementar Brasileira, oferece a oportunidade de adesão a um Fundo de Pensão – como os de grandes estatais e multinacionais – a qualquer cidadão segurado da Previdência Social e seus dependentes, bem como a todos os parentes até o 3º grau dos participantes dos outros planos administrados pelo Fundo Paraná.

A adesão ao Plano acontece a partir da associação à ASFUNPAR – Associação dos Participantes do Fundo Paraná, bastando comprovação de inscrição junto ao INSS ou a algum Regime Próprio de Previdência.

Instituidor:

Associação dos Participantes do Fundo Paraná – ASFUNPAR

Números do Plano em dezembro de 2018:

Perfil de Investimentos	Conservador	Moderado	Agressivo
 Patrimônio	R\$ 14.242 mil	R\$ 13.336 mil	R\$ 5.434 mil
 Rentabilidade	7,72%	7,97%	7,50%
Patrimônio Total do Plano	R\$ 33.012 mil		
Participantes			
% por Sexo	44,6%	55,4%	
Idade Média*	30 anos	33 anos	
Total de Participantes	1.602 participantes, sendo 9 assistidos		
 Contribuição Mensal Média	R\$ 150,34		

* incluídos no cálculo da média de idade, os planos de menores






Plano de Benefícios COPANPrev

Aprovado através da Portaria PREVIC 655, de 07 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U. de 08 de dezembro de 2015, o Plano atende os cooperados e colaboradores da COPAN - COOPERATIVA PARANAENSE DOS ANESTESIOLOGISTAS, bem como seus cônjuges e filhos.

Instituidor:

COPAN - Cooperativa Paranaense dos Anestesiologistas

Números do Plano em dezembro de 2018:

Perfil de Investimentos	Conservador	Moderado	Agressivo
 Patrimônio	R\$ 1.980 mil	R\$ 556 mil	R\$ 610 mil
 Rentabilidade	7,49%	6,53%	10,17%
Patrimônio Total do Plano	R\$ 3.146 mil		
Participantes			
% por Sexo	52,9%	47,1%	
Idade Média	35 anos	34 anos	
Total de Participantes	119 participantes		
 Contribuição Mensal Média	R\$ 372,30		

Documentos Oficiais



Demonstrações Financeiras referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

CONTEÚDO

- 1 - Balanço Patrimonial Consolidado
- 2 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada
- 3 - Demonstra es das Muta es dos Ativos Líquidos por Planos de Benefícios
- 4 - Demonstra es dos Ativos Líquidos por Planos de Benefícios
- 5 - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 6 – Demonstra es das Provisões Técnicas por Planos de Benefícios
- 7 - Notas Explicativas  s Demonstra es Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<u>DISPONÍVEL</u>		785	594
<u>REALIZÁVEL</u>		116.159	93.986
Gestão Previdencial	4.1	87	30
Gestão Administrativa	4.2	387	347
Investimentos		115.685	93.609
Fundos de Investimento	4.3.a	113.291	91.586
Empréstimos e Financiamentos	4.3.b	2.394	2.003
Outros Realizáveis	4.3.c	-	20
<u>PERMANENTE</u>	5	64	80
Imobilizado		64	79
Intangível		-	1
TOTAL DO ATIVO		117.008	94.660
PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>		633	712
Gestão Previdencial	6.1	427	564
Gestão Administrativa	6.2	179	148
Gestão Investimentos	6.3	27	-
<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	7	237	223
Gestão Administrativa		237	223
<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	8.3	116.138	93.725
Patrimônio de Cobertura do Plano	8.1	107.938	85.493
Provisões Matemáticas		107.938	85.493
Benefícios Concedidos		6.482	5.774
Benefícios a Conceder		101.456	79.719
Fundos	8.2	8.200	8.232
Fundos Previdenciais		4.687	4.210
Fundos Administrativos		3.424	3.962
Fundos de Investimentos		89	60
TOTAL DO PASSIVO		117.008	94.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA
(em milhares de reais)

Descrição		31/12/2018	31/12/2017	Variação %
	A) Patrimônio social - início do exercício	93.725	72.926	28,52
	1. Adições	31.201	32.866	(5,07)
(+)	Contribuições Previdenciais	20.594	19.373	6,30
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.528	8.229	(8,52)
(+)	Receitas Administrativas	2.764	5.029	(45,04)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	286	213	34,27
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	29	22	31,82
	2. Destinações	(8.788)	(12.067)	(27,17)
(-)	Benefícios	(5.200)	(8.845)	(41,21)
(-)	Despesas Administrativas	(3.588)	(3.222)	11,36
	3. Acréscimo/decréscimo no patrimônio social (1+2)	22.414	20.799	7,76
(+/-)	Provisões Matemáticas	22.445	21.120	6,27
(+/-)	Fundos Previdenciais	478	(2.363)	(120,23)
(+/-)	Fundos Administrativos	(538)	2.020	(126,63)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	29	22	31,82
	B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	116.139	93.725	23,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
PLANO DE BENEFÍCIOS JMALUCELLI
CNPB 20050000892
(em milhares de reais)

Descrição		31/12/2018	31/12/2017	Variação %
	A) Ativo líquido - Início do Exercício	32.935	31.563	17,09
	1. Adições	6.982	11.006	(36,56)
(+)	Contribuições	4.284	7.450	(42,50)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.698	3.556	(24,13)
	2. Destinações	(2.659)	(9.634)	(73,23)
(-)	Benefícios	(1.938)	(6.178)	(68,63)
(-)	Custeio Administrativo	(721)	(3.456)	(79,14)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.323	1.372	215,09
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.631	3.707	(2,05)
(+/-)	Fundos Previdenciais	692	(2.335)	(116,79)
	B) Ativo Líquido – Fundos Previdenciais (A+3)	37.258	32.935	13,13
	C) Fundos Não Previdenciais	3.513	4.022	(12,66)
	Fundos Administrativos	3.424	3.962	(13,58)
	Fundos de Investimentos	89	60	48,33
	D) Ativo Líquido Total – Final do Exercício (B+C)	40.771	36.957	10,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS ACPREV
 CNPB 2006004247
 (em milhares de reais)

Descrição		31/12/2018	31/12/2017	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	25.636	22.308	14,92
	1. Adições	4.543	5.172	(12,16)
(+)	Contribuições	2.592	2.631	(1,48)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.951	2.541	(23,22)
	2. Destinações	(2.094)	(1.844)	13,56
(-)	Benefícios	(2.033)	(1.769)	14,92
(-)	Custeio Administrativo	(61)	(75)	(18,67)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.449	3.328	(26,41)
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.621	3.341	(21,55)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(172)	(13)	1.223,08
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	28.085	25.636	9,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS DENTALUNIPREV
 CNPB 2012001629
 (em milhares de reais)

Descrição		31/12/2018	31/12/2017	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	9.183	7.122	28,94
	1. Adições	2.362	2.669	(11,50)
(+)	Contribuições	1.618	1.798	(10,01)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	744	871	(14,58)
	2. Destinações	(422)	(608)	(30,59)
(-)	Benefícios	(329)	(481)	(31,60)
(-)	Custeio Administrativo	(93)	(127)	(26,77)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.940	2.061	(5,87)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.940	2.061	(5,87)
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	11.123	9.183	21,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO
 CNPB 2012001874
 (em milhares de reais)

Descrição		31/12/2018	31/12/2017	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	20.565	9.419	118,34
	1. Adições	13.410	11.625	15,35
(+)	Contribuições	11.465	10.448	9,73
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.945	1.177	65,25
	2. Destinações	(963)	(479)	101,04
(-)	Benefícios	(882)	(413)	113,56
(-)	Custeio Administrativo	(81)	(66)	22,73
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.447	11.146	11,67
(+/-)	Provisões Matemáticas	12.477	11.161	11,67
	Fundos Previdenciais	-	(15)	(100,00)
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	33.012	20.565	60,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS COPANPREV
 CNPB 2015001883
 (em milhares de reais)

Descrição		31/12/2018	31/12/2017	Variação %
	A) Ativo Líquido - Início do Exercício	1.384	535	158,69
	1. Adições	1.886	926	103,67
(+)	Contribuições	1.695	842	101,31
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	191	84	127,38
	2. Destinações	(124)	(77)	61,04
(-)	Benefícios	(19)	(5)	280,00
(-)	Custeio Administrativo	(105)	(72)	45,83
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.762	849	107,54
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.762	849	107,54
	B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	3.146	1.384	127,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS J.MALUCELLI
 CNPB 2005000892
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
1. Ativos	41.030	37.235	10,19
Disponível	234	351	(33,33)
Recebível	3.431	3.962	(13,40)
Investimento	37.365	32.922	13,50
Fundos de Investimento	35.694	31.639	12,82
Empréstimos e Financiamentos	1.671	1.283	30,24
2. Obrigações	258	278	(7,19)
Operacional	258	278	(7,19)
3. Fundos Não Previdenciais	3.513	4.022	(12,66)
Fundos Administrativos	3.424	3.962	(13,58)
Fundos dos Investimentos	89	60	48,33
4. Ativo Líquido (1-2-3)	37.259	32.935	13,13
Provisões Matemáticas	32.572	28.941	12,55
Fundos Previdenciais	4.687	3.994	17,35
5- Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-
Equilíbrio Técnico	-	-	-
(+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS ACPREV
 CNPB 2006004247
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
1. Ativos	28.186	25.795	9,27
Disponível	223	31	619,35
Recebível	34	4	750,00
Investimento	27.929	25.760	8,42
Fundos de Investimento	27.795	25.649	8,37
Empréstimos e Financiamentos	134	91	47,25
Outros Realizáveis	-	20	-
2. Obrigações	101	159	(36,48)
Operacional	101	159	(36,48)
3. Ativo líquido (1-2)	28.085	25.636	9,55
Provisões Matemáticas	28.085	25.464	10,29
Fundos Previdenciais	-	172	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS DENTALUNIPREV
 CNPB 2012001629
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
1. Ativos	11.154	9.237	20,75
Disponível	125	52	140,38
Investimento	11.029	9.185	20,08
Fundos de Investimento	10.976	9.133	20,18
Empréstimos e Financiamentos	53	52	1,92
2. Obrigações	30	54	(44,44)
Operacional	30	54	(44,44)
3. Ativo líquido (1-2)	11.124	9.183	21,14
Provisões Matemáticas	11.124	9.183	21,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO
 CNPB 2012001874
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
1. Ativos	33.069	20.634
Disponível	150	46
Recebível	45	26
Investimento	32.874	20.562
Fundos de Investimento	32.455	19.985
Empréstimos e Financiamentos	419	577
2. Obrigações	58	69
Operacional	58	69
3. Ativo líquido (1-2)	33.012	20.565
Provisões Matemáticas	33.012	20.522
Fundos Previdenciais	-	43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
 PLANO DE BENEFÍCIOS COPANPREV
 CNPB 2015001883
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
1. Ativos	3.151	1.388
Disponível	48	12
Investimento	3.103	1.376
Fundos de Investimento	2.987	1.376
Empréstimos e Financiamentos	116	-
2. Obrigações	5	4
Operacional	5	4
3. Ativo líquido (1-2)	3.146	1.384
Provisões Matemáticas	3.146	1.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA
(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.962	1.942	104,02
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.050	5.242	(41,82)
1.1 Receitas	3.050	5.242	(41,82)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.062	3.797	(72,03)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.588	1.168	35,96
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	42	31	35,48
Receitas Diretas	56	33	69,70
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	286	213	34,27
Outras Receitas	16	-	-
2. Despesas Administrativas	(3.588)	(3.222)	11,36
2.1 Administração Previdencial	(2.704)	(2.544)	6,29
Pessoal e Encargos	(1.392)	(1.253)	11,09
Treinamentos/Congressos e Seminários	(36)	(20)	80,00
Viagens e Estadias	(39)	(39)	-
Serviços de terceiros	(829)	(639)	29,73
Despesas Gerais	(237)	(325)	(27,08)
Depreciações e Amortizações	(21)	(20)	5,00
Tributos	(150)	(248)	(39,52)
2.2 Administração dos Investimentos	(884)	(678)	30,38
Pessoal e Encargos	(824)	(624)	32,05
Treinamentos/Congressos e Seminários	(10)	(5)	100,00
Serviços de Terceiros	(50)	(49)	2,04
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(538)	2.020	(126,63)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(538)	2.020	(126,63)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	3.424	3.962	(13,58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
 PLANO DE BENEFÍCIOS J.MALUCELLI
 CNPB 2005000892
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
Provisões técnicas (1 + 3 + 4)	37.606	33.273	13,02
1. Provisões Matemáticas	32.572	28.941	12,55
1.1. Benefícios Concedidos	3.054	3.013	1,36
Contribuição Definida	3.054	3.013	1,36
1.2. Benefício a Conceder	29.518	25.928	13,85
Contribuição Definida	29.518	25.928	13,85
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es) Instituidor (es)	1.271	891	42,65
Saldo de Contas – Parcela Participantes	28.247	25.037	12,82
3. Fundos	4.776	4.054	17,81
3.1. Fundos Previdenciais	4.687	3.994	17,35
3.2. Fundos do Investimento – Gestão Previdencial	89	60	48,33
4. Exigível Operacional	258	278	(7,19)
4.1. Gestão Previdencial	231	278	(16,61)
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	27	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
Plano de Benefícios ACPREV
CNPB 2006004247
(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
Provisões técnicas (1 + 3 + 4)	28.186	25.795	9,27
1. Provisões Matemáticas	28.084	25.464	10,29
1.1. Benefícios Concedidos	1.206	1.144	5,42
Contribuição Definida	1.206	1.144	5,42
1.2. Benefício a Conceder	26.878	24.320	10,52
Contribuição Definida	26.878	24.320	10,52
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es) Instituidor (es)	1.588	1.310	21,22
Saldo de Contas – Parcela Participantes	25.290	23.010	9,91
3. Fundos	-	172	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	-	172	(100,00)
4. Exigível Operacional	102	159	(35,85)
4.1. Gestão Previdencial	101	159	(36,48)
4.2. Investimentos – Gestão Previdencial	1	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
PLANO DE BENEFÍCIOS DENTALUNIPREV
CNPB 2012001629
(em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
Provisões técnicas (1 + 4)	11.154	9.237	20,75
1. Provisões Matemáticas	11.123	9.183	21,13
1.2. Benefício a Conceder	11.123	9.183	21,13
Contribuição Definida	11.123	9.183	21,13
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador (es) Instituidor (es)	374	289	29,41
Saldo de Contas – Parcela Participantes	10.749	8.894	20,86
4. Exigível Operacional	31	54	(42,59)
4.1. Gestão Previdencial	31	54	(42,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
 PLANO COOPERATIVO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO
 CNPB 2012001874
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 3 + 4)	33.070	20.634	60,27
1. Provisões Matemáticas	33.012	20.522	60,86
1.1. Benefícios Concedidos	2.222	1.617	37,41
Contribuição Definida	2.222	1.617	37,41
1.2. Benefício a Conceder	30.790	18.905	62,87
Contribuição Definida	30.790	18.905	62,87
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	21	-	-
Saldo de Contas – Parcela Participantes	30.769	18.905	62,87
3. Fundos	-	43	(100,00)
3.1. Fundos Previdenciais	-	43	(100,00)
4. Exigível Operacional	58	69	(15,94)
4.1. Gestão Previdencial	58	69	(15,94)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
 PLANO DE BENEFÍCIOS COPANPREV
 CNPB 2015001883
 (em milhares de reais)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 4)	3.151	1.388	127,09
1. Provisões Matemáticas	3.146	1.384	127,31
1.2. Benefício a Conceder	3.146	1.384	127,31
Contribuição Definida	3.146	1.384	127,31
Saldo de Contas – Parcela Participantes	3.146	1.384	127,31
4. Exigível Operacional	5	4	25,00
4.1. Gestão Previdencial	5	4	25,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada é uma entidade fechada de previdência privada, autorizada pela Portaria nº. 106 de 24 de agosto de 2004, do Ministério da Previdência Social, tendo iniciado suas atividades operacionais em 01 de janeiro de 2005 e têm por finalidade, observadas as condições estabelecidas no seu Estatuto e na legislação pertinente, instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das patrocinadoras e aos associados instituidores.

I. O Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada possui 5 (cinco) planos de benefícios na modalidade de Contribuição Definida: o Plano de Benefícios J.Malucelli CNPB 2005000892, e os instituídos Plano de Benefícios ACPREV CNPB 2006004247, Plano de Benefícios DentalUNIPrev CNPB 2012001629, Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro CNPB 2012001874 e Plano de Benefícios COPANPREV CNPB 2015001883, tendo como principais objetivos o pagamento de benefícios aos participantes ou seus beneficiários, por aposentadoria programada, antecipada, invalidez, pensão por morte, observado o cumprimento das carências previstas nos respectivos regulamentos.

II. O Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada é composto pelas seguintes categorias de membros:

- a. Patrocinadores e Instituidores;
- b. Participantes;
- c. Beneficiários; e
- d. Assistidos.

III. O Plano de Benefícios J.Malucelli tem como patrocinadoras no exercício de 2018 as seguintes empresas:

- Paraná Banco S.A (Patrocinador principal);
- J.Malucelli Construtora de Obras S.A.;
- J.Malucelli Equipamentos S.A.;
- FM Studio 96 Ltda.;
- Televisão Icarai Ltda.;
- J.Malucelli Futebol S/A.;

- Porto de Cima Administração, Participação e Serviços S.A.;
- J.Malucelli Rental Locadora de Máquinas S.A.;
- J.Malucelli Seguradora S.A.;
- J.Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
- J.Malucelli Energia S.A.;
- Rádio 90.1 FM Ltda.;
- JMalucelli Gestão de Recursos Ltda.;
- Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada;
- Rentauto Locadora de Veículos S.A.;
- CCEG Consultores Associados Ltda.-EPP;
- J.Malucelli Aviação S/A;
- Vila Real Restaurante Ltda.;
- Valuconcept Consultoria e Avaliações Ltda.;
- J.Malucelli Resseguradora S.A.;
- J.Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A.;
- Rádio 670 AM de Curitiba Ltda.;
- Rádio Rio Verde Ltda.;
- J.Malucelli Hotéis e Turismo Ltda.;
- J.Malucelli Hotéis São Francisco Ltda.;
- Travelers Seguros Brasil S.A.;
- J.Malucelli CMC & Ambiental Ltda.;
- J.Malucelli Máquinas e Equipamentos Ltda.;
- Invest Bens - Administradora de Bens S.A.;
- Queixada Energética S/A;
- Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.;
- J.Malucelli Controle de Riscos Ltda.;
- JM Equipamentos Ltda.;
- J.Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda.

No decorrer do exercício de 2018 foi alterada a denominação social da patrocinadora JMalucelli Agenciamento e Serviços Ltda. para JMalucelli Gestão de Recursos Ltda., publicação no DOU nº 860 de 14.09.2018, Pág. 22; a patrocinadora JM Gerenciadora de Hotelaria Guaratuba Ltda. aderiu ao plano através portaria nº 171, DOU nº 45 de 07.03.2018, Pág. 58 e retiraram-se do plano a patrocinadora 6º. Tabelionato de Notas de Curitiba, através da portaria nº 1.003 publicada no DOU nº 210 de 31.10.2018, Pág. 31 e patrocinadora Rentsul Locadora de Veículos Ltda., através da portaria nº 827 publicada no DOU nº 168 de 30.08.2018, Pág. 97.

IV. Plano de Benefícios ACPREV

Aprovado pela Portaria nº. 478 de 04 de julho de 2006, da Secretaria de Previdência Complementar e teve suas atividades iniciadas em 1º de novembro de 2006 e tem como principal instituidor a ACP – Associação Comercial do Paraná.

No decorrer dos exercícios de 2007 a 2018 outros instituidores aderiram ao Plano ACPREV, oferecendo, também, uma oportunidade de previdência complementar aos seus associados, são eles:

- Associação Comercial do Paraná;
- Sindicato dos Administradores do Estado do Paraná;
- Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná;
- Associação dos Empregados da Itaipu Binacional Brasil;
- Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado do Paraná;
- Sindicato dos Psicólogos no Estado do Paraná;
- Associação dos Empregados da ParanaPrevidência - Asprev;

V. Plano de Benefícios DentalUNIPrev.

Aprovado pela Portaria nº. 527 de 21 de setembro de 2012, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e tem como principal instituidora a DENTAL UNI – Cooperativa Odontológica.

No decorrer do exercício de 2018 retirou-se do plano a patrocinadora Dental Uni - Cooperativa Odontológica, através da portaria nº 425 publicada no DOU nº 90 de 11.05.2018, Pág. 26.

VI. Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro.

provado pela Portaria nº 565 de 03 de outubro de 2012, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e tem como principal instituidora a ASFUNPAR – Associação dos Participantes do Fundo Paraná.

VII. Plano de Benefícios COPANPREV

Aprovado pela Portaria nº. 655 de 07 de dezembro de 2015, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e tem como principal instituidora a Cooperativa Paranaense dos Anestesiologistas – COPAN.

VIII. As aplicações do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada encontram-se enquadradas nos limites estabelecidos pela Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional.

IX. Os estudos atuariais dos planos de benefícios do Fundo Paraná foram efetuados pela atuária Rita Pasqual Anzolin, que assina as respectivas Notas Técnicas Atuariais, perante os participantes, os órgãos públicos e o próprio Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, que serve como base para determinar o valor das reservas técnicas.

X. O Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada apresentava em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as seguintes quantidades de participantes:

Plano	2018		2017	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Plano J.Malucelli (1)	955	5	985	4
Plano ACPREV (2)	945	7	946	5
Plano DentalUNIPREV (2)	1.829	-	1.665	-
Plano Mais Futuro (2)	1.593	9	1.357	7
Plano Copanprev (2)	119	-	107	-
Total	5.441	21	5.060	16

(1) Inclui ativos, desligados com saldo, vinculados e inadimplências.

(2) Inclui ativos, desligados com saldo e inadimplências.

Custeio do Plano

Para custeio dos planos, a entidade obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

A administração dos planos de benefícios é realizada pela própria entidade e a gestão de investimentos é realizada por intermédio de gestores contratados, conforme definido em sua política de investimentos.

Perfis de Investimento

O patrimônio dos Planos de Previdência do Fundo Paraná é distribuído em 3 (três) Perfis de Investimentos, com diferentes metas de alocação dos recursos.

- Perfil Conservador com 80% em Renda Fixa, 5% em Renda Variável e 15% em Empréstimo Pessoal;
- Perfil Moderado com 65% em Renda Fixa, 20% em Renda Variável e 15% em Empréstimo Pessoal;
- Perfil Agressivo com 45% em Renda Fixa, 40% em Renda Variável e 15% em Empréstimo Pessoal.

No momento da adesão, o participante deve fazer a opção pelo perfil que melhor atenda suas expectativas e no qual sinta-se mais confortável, ou aderir ao chamado Projeto Fases da Vida, no qual o participante é alocado automaticamente e anualmente em um dos perfis, conforme sua faixa etária.

- até 18 anos: Perfil MODERADO
- entre 18 e 39 anos: Perfil AGRESSIVO
- entre 40 e 49 anos: Perfil MODERADO
- mais de 50 anos, aposentados e pensionistas: Perfil CONSERVADOR

A qualquer momento é possível solicitar a migração de perfil que, no entanto, ocorre a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Anualmente, nos meses de setembro a novembro, o Fundo realiza uma campanha com ampla divulgação, alertando sobre a possibilidade de mudança de perfil, cujo prazo se encerra em 30 de novembro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar através da Resolução CNPC nº. 29 de 13 de abril de 2018, inciso III do artigo 2º da Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 e conforme Resolução CFC nº. 1272 de 22 de janeiro de 2010 que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para escrituração das demonstrações financeiras, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

A moeda funcional do Fundo é o Real (R\$). As demonstrações financeiras e todas as informações são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Os Administradores do Fundo aprovaram estas demonstrações financeiras em 29 de março de 2019 e publicação em 30 de abril de 2019.

De acordo com o artigo 17 da Resolução CNPC nº. 29 de 13 de abril de 2018 a entidade apresenta os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado, comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o do Ativo Líquido DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por plano de benefício previdencial), comparativa com o exercício anterior.

As demonstrac es financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC n . 29 de 13 de abril de 2018, Resolução CFC n . 1272 de 22 de janeiro de 2010 e inciso

III do artigo 2º da Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 e abrangem as demonstrações financeiras dos planos de benefícios do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada e o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

Essas demonstrações financeiras, não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos dos planos de benefícios e do Plano de Gestão Administrativas – PGA mantidos pela Entidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Resolução CNPC nº. 29 de 13 de abril de 2018 e Instrução MPS/SPC nº. 34 de 24 de setembro de 2009, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e em atendimento a Resolução CFC 1.272 de 22 de janeiro de 2010 apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras:

I. Resultado das Operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, observados os princípios da realização das receitas e da confrontação das despesas.

II. Contribuições

As contribuições são registradas em conformidade com o regime de competência, exceto as contribuições de participantes de planos de benefícios de instituidores que são registradas pelo regime de caixa.

III. Gestão dos Planos

Elaborada por planos de benefícios segregados em três áreas de gestão: previdencial, administrativa e de investimentos. As definições seguintes demonstram suas características:

Gestão previdencial: registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão administrativa: destinado ao gerenciamento da administração dos planos de benefícios.

Investimentos: destinados ao gerenciamento das aplicações dos recursos dos planos de benefícios administrados pelo Fundo Paraná.

IV. Apuração de Resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

V. Ativo Realizável – Gestão Previdencial

Registram valores a receber dos patrocinadores e participantes relativos contribuições previdenciárias.

VI. Ativo realizável – Gestão Administrativa

Registra valores a receber dos patrocinadores e participantes relativos a contribuições administrativas, e outros recursos a receber.

VII. Ativo Realizável - Investimentos

Registra os investimentos do Fundo Paraná nos diversos segmentos de mercado. A Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional, estabelece as diretrizes pertinentes a aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada.

a. Títulos de Renda Fixa e Renda Variável

Em atendimento à Resolução CNPC nº. 29 de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

- i. Títulos para negociação — registra os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento — registra os títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento, exceto ações não resgatáveis, quando houver capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

	Valor de mercado							
	Valor Contábil (Custo)	Categoria		Prazo de vencimento			Total	
		Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de Investimento	113.291	68.843	44.448	22.460	30.848	59.983	113.291	91.587
Fdo. Investimento - Exclusivo	90.831	46.383	44.448	-	30.848	59.983	90.832	72.026
Debêntures não conversíveis	895	-	895	-	895	-	896	1.479
Depósito a Prazo com G. Especial	-	-	-	-	-	-	-	4.394
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	3.008
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	20.208
Letra do Tesouro Nacional - Over	-	-	-	-	-	-	-	8.424
Notas do Tesouro Nacional - B	88.327	44.774	43.553	-	28.344	59.983	88.327	34.538
Notas do Tesouro Nacional - Over	1.650	1.650	-	-	1.650	-	1.650	34.538
FIDC Silv Max Sen 7	11	11	-	-	11	-	11	12
Valores a Pagar	(52)	(52)	-	-	(52)	-	(52)	(38)
Fdo. Investimento - Não Exclusivo	22.460	22.460	-	22.460	-	-	22.460	19.561
Renda Fixa	1.146	1.146	-	1.146	-	-	1.146	1.463
Renda Variável	21.314	21.314	-	21.314	-	-	21.314	18.098

b. Empréstimos

b.1. Plano Patrocinado

Os Empréstimos a participantes são representados por empréstimos simples. Na modalidade pós-fixada são atualizados, mensalmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) do mês anterior à geração da parcela, acrescido da taxa de juros de 0,80%. A Taxa de Administração, de 2,36%, para cobertura de custos referentes à administração, e taxa do Fundo de Risco de Empréstimos, de 2,26%, reserva destinada a quitar o saldo devedor do empréstimo do mutuário que vier a falecer durante a vigência do contrato de empréstimo, serão cobradas e descontadas, no momento da concessão do Empréstimo, sobre o valor bruto liberado.

b.2. Planos Instituídos

Os Empréstimos a participantes são representados por empréstimos simples. Na modalidade pós-fixada são atualizados, mensalmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) do mês anterior à geração da parcela, acrescido da taxa de juros de 0,80%. A Taxa de Administração, de 4,62%, para cobertura de custos referentes à administração será cobrada e descontada, no momento da concessão do Empréstimo, sobre o valor bruto liberado.

VIII. Ativo Permanente

Os valores que compõem o imobilizado e o intangível estão contabilizados pelo valor de custo. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo 10% para móveis e utensílios e equipamentos de comunicação e 20% para equipamentos de informática e software.

IX. Exigível Operacional

a. Gestão Previdencial

Registra valores a serem pagos aos participantes dos planos de benefícios, retenções a recolher e outras exigibilidades.

b. Gestão Administrativa

Registra valores a serem pagos referentes a retenções a recolher, encargos sociais, e outras exigibilidades.

X. Exigível Contingencial

Gestão Administrativa

Registra valores das provisões dos recursos administrativos, cujas ocorrências merecerão decisões que poderão ou não gerar desembolsos.

XI. Plano de Gestão Administrativa – PGA

a. Custeio Administrativo

Os recursos necessários à cobertura das despesas com a administração do Fundo Paraná serão repassados ao PGA – Plano de Gestão Administrativa pelos planos Previdenciais e pelo fluxo de investimentos.

De modo a assegurar a estabilidade e a perenidade da gestão administrativa dos planos administrados pelo Fundo Paraná foi criado um fundo administrativo, constituído por contribuições e por sobras de recursos aportados pelos planos geridos pelo Fundo Paraná e não utilizados em sua totalidade.

As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do Fundo Paraná e dos planos por ela geridos poderão ser as seguintes:

1. Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
2. Contribuições dos patrocinadores e instituidores definidas no plano de custeio anual;
3. Contribuições de pessoas jurídicas que mantenham convênio de adesão com o Fundo Paraná;
4. Reembolso dos patrocinadores e instituidores, caso ocorra;
5. Resultados dos investimentos, como também a taxa de administração de empréstimos e financiamentos aos participantes;
6. Receitas administrativas;
7. Fundo administrativo;
8. Dotação inicial; e
9. Doações.

As fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pelo Fundo Paraná serão definidas pela Diretoria Executiva, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo Paraná e incluídas no orçamento anual, devendo constar ainda no plano anual de custeio definido atuarialmente.

O critério para apurar o percentual para custeio da despesa administrativa sobre a receita de contribuição é definido pela razão entre o total anual da despesa administrativa, previsto no orçamento anual de todos os planos administrados pelo Fundo Paraná, descontados os valores estabelecidos em contrato específico com pessoa jurídica e despesas oriundas de investimentos. Este estabelecerá valores e formas de pagamento para custeio de despesas específicas dos planos, pelo total anual da receita de contribuição normal, mensal, de caráter regular e obrigatório, de participante, patrocinadora e pessoa jurídica, previsto no orçamento anual de todos os planos administrados pelo Fundo Paraná, limitado a um percentual estabelecido como indicativo de mercado pelo Conselho Deliberativo.

b. Recursos do Plano de Gestão Administrativa

A Resolução MPS/CGPC nº. 29 de 31 de agosto de 2009 atribuiu ao Conselho Deliberativo à competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

A legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

c. Rateio das Despesas Administrativas

Para contribuição normal e adicional mensal ou eventual, de caráter voluntário, de participante, patrocinador e pessoa jurídica, o percentual de contribuição administrativa a ser cobrado será definido anualmente através do orçamento anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo e formalizado no plano de custeio.

As despesas administrativas específicas serão alocadas exclusiva e diretamente nos planos de benefícios que as originaram e custeadas com fonte de custeio específica definidas para este fim.

XII. Exigível Atuarial

Representa o montante dos compromissos previdenciários dos planos junto aos participantes, considerando as obrigações com o pagamento de benefícios previdenciários estabelecidos nos Regulamentos dos planos do Fundo Paraná.

a. Regime Financeiro

O regime financeiro adotado, como forma de financiar os benefícios, é o de capitalização para os benefícios concedidos e benefícios programados a conceder e regime de repartição para os benefícios de riscos a conceder.

b. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes.

b.1. Benefícios Concedidos

Correspondem ao valor dos saldos de conta remanescentes dos participantes e beneficiários já em gozo do benefício de prestação continuada.

b.2. Benefícios a Conceder

Correspondem ao valor dos saldos de conta acumulados dos participantes que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

b.3. Hipóteses Atuariais

b.3.1. Biométricas e Demográficas

1. Tábua de mortalidade para participantes válidos: AT-2000 média;
2. Tábua de entrada em invalidez: Light forte.

b.3.2. Econômicas e Financeiras

1. Taxa real anual de juros: 4,50%;

XIII. Reservas e Fundos

a. Equilíbrio Técnico - Resultado - Superavit Técnico Acumulado

Devido a modalidade de plano em que estão estruturados os benefícios, o Plano J. Malucelli não apresenta deficit ou superavit.

b. Fundamentos da Constituição e Utilização de Fundos Previdenciais

b.1. Discriminação dos Fundos Previdenciais

- b.1.1. **Reserva de Poupança Desligados:** recurso de direito de resgate de ex- participantes desligados do plano, ainda não resgatados;
- b.1.2. **Fundo de Reversão de Patrocinadora:** recurso proveniente de contribuição normal e adicional de patrocinadora, não resgatado por participante;
- b.1.3. **Fundo de Oscilação de Risco:** formado por recursos destinados a eventual cobertura de riscos, definidos em nota técnica atuarial ou por reversão decorrente de regime financeiro de pecúlio.
- b.1.4. **Fundo de cobertura de Pecúlio:** correspondente a eventuais recursos recebidos de Sociedade Seguradora, quando adotado o Resseguro, relativo a benefícios ocorridos e ainda não pagos.

b.2. Utilização dos Fundos Previdenciais

- b.2.1. **Fundo Reserva de Poupança Desligados:** recursos a serem resgatados pelos ex-participantes quando do desligamento da patrocinadora;
- b.2.2. **Fundo de Reversão de Patrocinadora:** recurso a ser utilizado para cobertura de contribuições futuras, despesas administrativas ou distribuição para os saldos de conta individual dos participantes, com decisão e critérios definidos pelas respectivas Patrocinadoras;

- b.2.3. **Fundo de Oscilação de Risco:** será revertido para o patrimônio de cobertura do plano, parcial ou integral, para cobertura de eventual insuficiência patrimonial de cobertura das provisões matemáticas, em função de desvio das hipóteses aplicadas, apontada em avaliação atuarial do plano ou eventualmente por mudança de regime financeiro de Pecúlio;
- b.2.4. **Fundo de Cobertura de Pecúlio:** será revertido para o participante inválido ou beneficiários do participante falecido, recursos recebidos de Sociedade Seguradora, quando adotado o Resseguro.

b.3. Atualização dos Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais serão atualizados mensalmente:

- b.3.1. **Fundo Reserva de Poupança Desligados:** pela variação da quota patrimonial do plano de benefícios;
- b.3.2. **Fundo de Reversão de Patrocinadora:** pela variação da quota patrimonial do plano de benefícios;
- b.3.3. **Fundo de Oscilação de Risco:** pela variação da quota patrimonial do plano de benefícios;
- b.3.4. **Fundo de Cobertura de Pecúlio:** pela variação da quota patrimonial do plano de benefícios;

c. Fundamentos da Constituição e Utilização de Fundos Administrativos

Fundo Administrativo Previdencial: Constituído para cobertura das despesas administrativas dos planos administrados pela entidade, apuradas em orçamento anual e suportadas por contribuições para custeio administrativo repassadas pelos patrocinadores e participantes, sendo que a sobra ou insuficiências dessas contribuições em relação às despesas administrativas efetivamente gastas foram acrescidas ou deduzidas do saldo do fundo administrativo.

4. REALIZÁVEL

4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2018	2017
Contribuições do Mês	84	-
Outros Recursos a Receber	3	30
	87	30

4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2018	2017
Contas a Receber	149	124
Depósitos Judiciais/Recursais a Receber	238	223
	387	347

4.3. INVESTIMENTOS

a. Fundos de Investimento

As aplicações em fundos de investimentos estão atualizadas até a data do balanço pelo valor da cota de cada respectivo fundo.

	2018	2017
Fundos de Investimento		
Renda Fixa	91.977	73.488
Renda Variável	21.314	18.098
	113.291	91.586

b. Empréstimos

Estão demonstrados ao custo mais rendimentos auferidos computados em base "pro rata" dia, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios:

	2018	2017
Empréstimos	2.394	2.003
	2.394	2.003

c. Outros Realizáveis

As aplicações automáticas do saldo de conta corrente estão atualizadas até a data do balanço pelo valor da cota do fundo:

	2018	2017
Outros Realizáveis	-	20
	-	20

d. Custódia

Os títulos e valores mobiliários (renda fixa e renda variável) estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

4.4. Auditoria de Gestão dos Investimentos

Em cumprimento à Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional foi realizada, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, revisão dos procedimentos adotados para aplicação de recursos e gestão dos investimentos do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, com a finalidade de avaliar a pertinência dos

procedimentos técnicos operacionais e de controlos utilizados na gestão dos recursos do Fundo Paraná, tendo sido emitido relatório específico dessa revisão.

Para obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, foram adotados os seguintes critérios:

- Para as cotas de fundos de investimento, com base no valor da quota publicada pelo respectivo administrador do fundo.

5. ATIVO PERMANENTE

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Móveis e Utensílios	78	75
Equipamentos de Informática	71	69
Equipamentos de Comunicação	6	6
Software	-	6
(-) Depreciação Acumulada	(91)	(76)
	64	80

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Retenções a Recolher	49	60
Outras Exigibilidades	378	504
	427	564

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Retenções a Recolher	79	60
Tributos a Recolher	12	13
Outras Exigibilidades	88	75
	179	148

6.3. INVESTIMENTOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e Financiamentos	27	-
	27	-

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS	33	31
Cofins	204	192
	237	223

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	6.482	5.774
Benefícios a Conceder	101.456	79.719
	107.938	85.493

8.2. FUNDOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos		
Fundos Previdenciais	4.687	4.210
Fundos Administrativos	3.424	3.962
Fundos dos Investimentos	89	60
	8.200	8.232

8.3. PATRIMÔNIO SOCIAL POR PLANOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Plano de Benefícios		
Plano J Malucelli	40.772	36.957
Plano ACPREV	28.085	25.636
Plano DentalUNIPREV	11.123	9.183
Plano Mais Futuro	33.012	20.565
Plano COPANPREV	3.146	1.384
	116.138	93.725

9. REGIME DE TRIBUTAÇÃO

9.1. IMPOSTO DE RENDA

A Lei nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004 em seu art. 5º dispensa a partir de 01 de janeiro de 2005, a retenção e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações dos recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar.

9.2. CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) E PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)

O art. 69, § 1º da Lei Complementar nº 109/2001 estabelece que sobre os valores repassados às entidades de previdência complementar para fins de custeio dos planos de custeio de benefícios de natureza previdenciária não podem incidir tributos ou contribuições de qualquer natureza. Tal determinação legal é decorrência do artigo 76, da mesma Lei Complementar nº 109/2001, que autorizou as entidades de previdência complementar a manter os planos de assistência à saúde, desde que estabelecessem custeio específico, e contabilização e patrimônio em separado em relação ao plano previdenciário.

Diante de tal autorização as EFPC poderiam ter duas fontes de custeio, sendo (i) uma para o custeio dos planos de natureza previdenciária - isentos de toda a tributação e contribuição; e (ii) uma para o custeio dos planos de assistência à saúde, sendo tal receita passível de tributação.

Além da isenção das receitas destinadas aos planos previdenciários contida na Lei Complementar nº 109/01, há também que se observar que as entidades de previdência complementar teriam como base para a incidência do PIS e da Cofins o artigo 3º, da Lei nº 9.718/98 (que trata do PIS e Cofins cumulativos).

O artigo 3º da Lei nº 9.718/98 estabeleceu que a base de cálculo do PIS e da Cofins seria o faturamento e o § 1º afirmou que o faturamento deveria ser entendido como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente da origem ou destino de tal receita.

O STF declarou inconstitucional o § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, porque não havia na Constituição Federal autorização para incidência de contribuição sobre a receita das empresas, e a tentativa de igualar ao faturamento (definido como a receita decorrente da venda de bens e serviços) foi declarada inconstitucional. A Lei nº 9.718/98 foi editada antes do advento da Emenda Constitucional nº 20/98 que incluiu a receita como base de cálculo das contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social previsto no art. 195, da CF/88.

Com base nestes argumentos o Fundo Paraná interpôs ação judicial visando o reconhecimento da ilegalidade e inconstitucionalidade das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido a autorização para depósito judicial dos valores de PIS e Cofins, relativos aos fatos geradores a partir da competência de setembro de 2013. A demanda busca também o reconhecimento do direito ao crédito tributário dos valores recolhidos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da demanda judicial.

Atualmente o Acórdão do STJ julgando improcedente a demanda transitou em julgado em dezembro/2018.

Salienta-se que o Decreto nº 8.426, de abril de 2015 restabeleceu a incidência das contribuições ao PIS e a Cofins sobre as receitas financeiras e aumentou a alíquota da Cofins. Também restabelece a exigência sobre as receitas financeiras, o que deve impactar os fundos de pensão. Tal exigência é inconstitucional, pois não se pode aumentar tributo sem que lei o estabeleça.

Esse aumento não é tratado na ação de mandado de segurança que já ingressamos anteriormente, que trata apenas da Lei nº 9.718/98 e da LC 109/2001.

10. EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO DE 2017

Em atendimento ao que preconiza a IN/SPC 34/2009, na consolidação dos balancetes são desconsiderados os efeitos da participação do Plano de Benefícios no fundo administrativo do PGA e as contas de transferências de recursos de custeio administrativo entre o Plano de Benefícios e o PGA e vice-versa, a seguir demonstrado:

CONTA S/ GRUPOS	SALDOS SEM AJUSTES CONSOLIDADOS (A)	PLAN SALDO	PGA SALDO	AJUSTE DE DEBITO (B)	AJUSTE DE CREDITO (C)	AJUSTE DE CREDITO	SALDO COM AJUSTES CONSOLIDADO (A) - (B) - (C)
				PLANO	PLANO	PGA	
ATIVO							
REALIZÁVEL	3.811	3.424	387	0	3.424	0	387
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.811	3.424	387	0	3.424	0	387
Contas a Receber	149	0	149	0	0	0	149
Depósitos Judiciais/Recurais	238	0	238	0	0	0	238
Participação no Fundo Administrativo	3.424	3.424	0	0	3.424	0	0
FUNDOS	6.848	3.424	3.424	3.424	0	0	3.424
Fundo Administrativo	6.848	3.424	3.424	3.424	0	0	3.424

RENATO FOLLADOR JUNIOR
Presidente
CPF 230.653.119-68

THIAGO NIEWEGLOWSKI
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 048.519.579-80

ROGÉRIO PAOLINI
Contador - CRC PR-039294/O-5
CPF 470.917.549-72

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA MULTIPATROCINADA – Nº 12.393

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e Relatório dos Auditores Independentes - Nº 1-03/19



Crowe Consult Auditores Independentes

Member Crowe Global

Rua Mateus Leme, 2004, Centro Cívico, Curitiba

Estado do Paraná – Brasil | + 55 41 3350 6013

www.consult.com.br | www.crowe.com/br

Curitiba, 29 de março de 2019.

Aos
Diretores e Conselho Fiscal
Fundo Paraná de Previdência Privada Multipatrocínada
Curitiba - PR

Prezados Senhores

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes sobre o exame das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

Atenciosamente,

Jacó Moacir Schreiner Maran
SÓCIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros da Diretoria e Conselho Fiscal da
Fundo Paraná de Previdência Privada Multipatrocínada
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundo Paraná de Previdência Privada Multipatrocínada ("Fundo Paraná"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundo Paraná de Previdência Privada Multipatrocínada, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo Paraná, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo Paraná continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ao Fundo Paraná ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Fundo Paraná são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo Paraná.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo Paraná. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo Paraná a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2019.

Jacó Moacir Schreiner Maran

João Raimundo Klein

Contador CRC/PR Nº 017. 214/O-8

Contador CRC/RS Nº 041.070/O-3 S-PR

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefícios JMALUCELLI

A Avaliação atuarial anual do Plano de Benefícios JMALUCELLI, administrado pelo FUNDO PARANÁ – Fundo de Previdência Multipatrocínada, realizada na data base de 31/12/2018, tem por objetivo dimensionar a situação financeiro-atuarial, com base no Regulamento do Plano, nas hipóteses atuariais estabelecidas para este exercício e critérios atuariais definidos em conformidade com a legislação em vigor.

1.	Quanto a variação dos custos:
----	-------------------------------

Os resultados obtidos nesta avaliação, para garantia dos Benefícios propostos pelo Plano JMALUCELLI, comparativamente a avaliação anual do exercício anterior, passou de 7,31% para 7,29%, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes.

A variação de custo ocorreu devido a movimentações de participantes, a variações de salários e, além disso, a troca da Seguradora conveniada para cobertura dos benefícios de riscos. Não consideramos a variação significativa ou que mereça algum comentário.

O custo de 7,29% está distribuído em: 5,17% (em média) destinado a compor o Saldo de Conta, 0,50% para cobertura de benefícios de riscos e constituição de Fundos de riscos e 1,62% destinado à cobertura do custo de administração.

2.	Quanto a variação das provisões matemáticas nesta avaliação, em relação aos valores da avaliação anterior:
----	--

O valor da Provisão Matemática total apurada nesta avaliação atuarial de 31/12/2018 foi de R\$ 32.571.824,36, que comparada a Provisão matemática da avaliação anual do exercício anterior, de R\$ 28.940.726,02, resulta numa variação de 13%.

A variação das provisões ocorreu dentro da normalidade, com acréscimo de contribuições e rentabilidade obtida dos investimentos.

Destacamos que o resultado do Plano é nulo, visto que as Provisões de Benefícios Concedidos e a Conceder estão estruturadas na modalidade de Contribuição Definida (CD), correspondendo ao total dos saldos de conta individuais.

3.	Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:
----	--

O Plano de Benefícios JMalucelli está estruturado na modalidade CD –Contribuição Definida de forma que os riscos do plano foram minimizados ao máximo possível.

Os benefícios de renda mensal programados, por invalidez e por morte são concedidos na forma de Contribuição Definida (CD), de acordo com a opção do participante: em prazo certo, recalculado anualmente pelo prazo e saldo remanescente, ou em percentual do saldo na data da concessão e atualização anual pelo INPC após a concessão até a extinção do saldo. Assim, foram eliminados os riscos da sobrevivência e da taxa de juros.

Os benefícios de riscos não programados, de pecúlio por invalidez e por morte na atividade, estão estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

O benefício de pecúlio corresponde a um pagamento único, equivalente a 10 (dez) vezes o SRB – Salário Real de Benefício.

Para minimizar o risco do benefício de Pecúlio a Entidade decidiu pelo resseguro, repassando a cobertura para uma Sociedade Seguradora, em regime financeiro de repartição.

Objetivando ainda a minimizar riscos, considerando que eventuais ocorrências não sejam cobertas no resseguro ou ocorra necessidade de alteração de regime de financiamento do benefício do pecúlio, estes riscos serão suportados pelo Fundo de Oscilação de Risco.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Qualidade da Base Cadastral:
----	------------------------------

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2. Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:
--

O Plano de Benefícios JMalucelli, em 31/12/2018, tem registrado contabilmente os seguintes Fundos Previdenciais com as respectivas finalidades:

1- Reversão de saldo por exigência regulamentar:

- Reserva de Desligados: correspondente ao recurso de direito de resgate dos ex-participantes desligados do plano e ainda não resgatados, com saldo equivalente a R\$ 823.200,09, constituídos pelas reservas de poupança dos respectivos desligados;
- Fundo de Reversão de Patrocinadora: correspondente ao recurso proveniente de Contribuição de Patrocinadora, não resgatado por Participante, com saldo equivalente a R\$ 92.698,02, a ser utilizado na cobertura de contribuições futuras, despesas administrativas ou distribuição para os saldos de conta individual dos participantes, com decisão e critérios definidos pelas respectivas Patrocinadoras;

2- Outros - previsto em nota técnica atuarial:

Fundo de Oscilação de Riscos: recurso correspondente a garantia de oscilações de riscos do Plano, para utilização na cobertura de riscos de qualquer natureza no plano, com saldo equivalente a R\$ 3.770.990,44.

O Fundo de Oscilação de Risco foi constituído com recursos dos antigos Fundos de Oscilação de Benefícios de Riscos e de Oscilação de Riscos de Benefícios Concedidos formados por contribuições das patrocinadoras, além da reversão dos recursos do resultado do programa previdencial, originado na alteração dos benefícios definidos de riscos de invalidez e pensão do plano, quando das alterações anteriores do regulamento do Plano.

O Fundo de Oscilação de Risco poderá ser acrescentado ou reduzido por excesso ou falta de contribuição, uma vez que a contribuição da patrocinadora, para cobertura do benefício do pecúlio, é calculada com aplicação de índice sobre o salário de participação e o índice da contribuição, para terceirização do risco do pecúlio repassado para Seguradora, à título dos prêmios de cobertura do pecúlio, é calculado sobre o SRB.

Nesta avaliação não há custeio estabelecido para formação do Fundo de Oscilação de Riscos, visto que o custo cobrado pela Seguradora conveniada é de 0,5% da folha de salários.

O Fundo de Oscilação de Risco será revertido para eventuais riscos que não sejam cobertos pelo resseguro de riscos ou ainda, eventualmente, por mudança de regime financeiro de Benefício do Pecúlio, ou outra finalidade, de acordo com a decisão da Entidade.

Por outro lado, o valor necessário para cobertura de oscilações de riscos, avaliado atuarialmente nesta data, é inferior ao valor do atual Fundo de Oscilação de Risco, considerando a cobertura garantida pela Seguradora.

3.	Variação do Resultado:
----	------------------------

O modelo do Plano não apresenta resultado de superávit ou déficit devido à estruturação dos benefícios do plano, considerando que:

1- Os benefícios de renda mensal programados, por invalidez e por morte são concedidos na forma de Contribuição Definida (CD), de acordo com a opção do participante: em prazo certo, recalculado anualmente pelo prazo e saldo remanescente, ou em percentual do saldo na data da concessão, e atualização anual pelo INPC após a concessão e até a extinção do saldo;

2- Os saldos de conta de benefícios concedidos e a conceder são estruturados na modalidade de contribuição definida, ajustados de acordo com a rentabilidade financeira obtida dos respectivos investimentos e perfis de investimentos escolhidos pelos participantes;

3- Os benefícios de riscos a conceder, estruturados na modalidade de benefício definido, estão ressegurados em Sociedade Seguradora, em regime de repartição.

4.	Natureza do Resultado:
----	------------------------

Devido a modalidade de estruturação do plano, o resultado do exercício no Plano é nulo.

No entanto, o resultado dos investimentos do plano apresentou variação positiva na aplicação dos investimentos, e acompanhou a situação conjuntural econômica do país no período.

Na avaliação dos investimentos, a rentabilidade da aplicação do patrimônio do plano alcançada ao longo de 2018, de acordo com o perfil de investimento

escolhido pelo participante, foi de: 7,74% no perfil agressivo, 8,50% no perfil moderado e 6,71% no perfil conservador.

5.	Soluções para Equacionamento do Déficit:
----	--

Não há déficit no Plano.

6.	Adequação dos Métodos de Financiamento:
----	---

Devido a estruturação dos benefícios programados na modalidade de contribuição definida com capitalização financeira dos recursos e os benefícios de riscos a conceder em regime financeiro de repartição, adequadamente não se aplica método atuarial aos benefícios do Plano.

7.	Outros fatos relevantes:
----	--------------------------

Após a aprovação da alteração do Regulamento em 2017, a Entidade decidiu pela transferência da cobertura dos benefícios de riscos de pecúlio por morte e por invalidez para Seguradora Conveniada Previsul, contratada conforme dispõe a Resolução CNPC nº 17, de 30/03/2015.

No entanto, após a contratação com esta Seguradora houve a ocorrência de uma invalidez no Plano e a Seguradora não assumiu o pagamento da cobertura do Pecúlio, de acordo com o que estabelece o regulamento, por não considerar a invalidez permanente, constatando-se neste fato que o mercado Segurador é incipiente no que concerne a transferência de riscos de Fundos de Pensão.

Assim, a Entidade alterou o convenio para outra Seguradora, efetuando contrato com a ICATU, que prevê as condições de pagamento das coberturas de acordo com o disposto no Regulamento do Plano.

A nova contratação de Seguradora conveniada, para cobertura dos benefícios de riscos de pecúlio por morte e por invalidez, com coberturas contratuais mais abrangentes, justifica o aumento do custo do pecúlio que se elevou de 0,25% para 0,5%.

Além disso, o Estudo de Aderência de Hipóteses realizado em 2018 apontou redução no índice de entradas em Invalidez, em relação à Tábua de Entrada em Invalidez utilizada para determinação do valor do Fundo de Oscilação de Riscos.

Em decorrência deste fato, após aprovação dos estudos de aderência das hipóteses pela Diretoria e Conselho Deliberativo, foi alterada a Tábua para a avaliação atuarial em 2018, passando da Tábua "Light" para "RGPS-99/02 M.M". Foram mantidas as demais hipóteses aplicadas na avaliação atuarial anual do exercício anterior.

Nesta avaliação foram aplicadas as seguintes hipóteses biométricas e econômicas:

- 1- Tábua de Mortalidade para Participantes Válidos: AT-2000 Média, aplicada para pecúlio por morte de ativos válidos;
- 2- Tábua de Entrada em Invalidez: RGPS-99/02 M.M, aplicada para pecúlio por invalidez de ativos;
- 3- Taxa Real anual de juros: 4,5%;
- 4- Projeção de Crescimento Real Anual do Salário: 5,35%.

Quanto ao Plano de custeio a vigorar a partir de 1º de abril de 2019, para formação dos benefícios, os participantes contribuem com aplicação de tabela de contribuição, de acordo com as faixas salariais em UP – Unidade Previdenciária, considerando a UP de R\$ 640,00 válida a partir de janeiro/2019:

- 1- Faixa salarial até 5 UP = 3%;
- 2- Faixa salarial de 5 a 10 UP = 4%;
- 3- Faixa salarial de 10 a 30 UP = 6%;
- 4- Faixa salarial de 30 a 70 UP = 7%.

Para cobertura das despesas administrativas os participantes contribuirão com desconto mensal percentual das contribuições vertidas ao plano, variáveis de acordo com a faixa de contribuição, de forma decrescente:

- 1- Sobre a contribuição total, para contribuição até 0,3 UP = 4%;
- 2- Sobre a contribuição total, para contribuição de 0,3 a 0,5 UP = 3%;
- 3- Sobre a contribuição total, para contribuição de 0,5 a 1,0 UP = 2%;
- 4- Sobre a contribuição total, para contribuição acima de 1,0 UP = 1%.

E, para cobertura das despesas administrativas o desconto mensal percentual aplicado sobre o saldo individual, de acordo com o perfil de investimento: para Perfil conservador = 0,060%; para o Perfil moderado = 0,070%; para o Perfil agressivo = 0,080%.

As Patrocinadoras contribuem com 1% da folha de salários de participação para formação de Saldos e 0,5% para cobertura de benefícios de riscos e formação de fundo de oscilação de riscos.

As patrocinadoras contribuem com 4% aplicado sobre as contribuições normais ou adicionais mensais e 1,5% da folha de salários de participação mensal.

Em 2019 foi eliminada a contribuição dos participantes assistidos que era aplicada sobre o benefício de renda mensal.

Destaque-se que, os percentuais de custeio deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Com base em tais fatos, concluímos e evidenciamos que o Plano de Benefícios JMALUCCELLI encontra-se em situação financeiro-atuarial equilibrada.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 15 de março de 2019.

Rita Pasqual Anzolin
Atuária - Miba 822
Atuaprev – Consultoria Atuarial Ltda.

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefícios ACPREV

Apresentamos abaixo as considerações da Avaliação Atuarial Anual de 2018 do Plano de Benefícios ACPrev, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:
----	---

Devido à modalidade de Plano Instituído como Contribuição Definida – não há custo estabelecido para o exercício.

Para garantia dos Benefícios propostos pelo Plano a contribuição média mensal do Plano verificada em 31/12/2018 corresponde a R\$ 228,69 e o saldo médio de R\$ 30.405,26.

No ano anterior a contribuição média correspondia a R\$ 231,41 e um saldo médio de R\$ 26.737,83.

A variação da contribuição média dos participantes foi de -1% e do saldo médio de 14%, em relação ao ano anterior. A variação está dentro na normalidade, considerando o acréscimo das contribuições e a rentabilidade obtida.

2.	Quanto a variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:
----	--

O valor da Provisão Matemática total do plano registrado em 31/12/2018 foi de R\$ 28.084.657,46, equivalente ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

Comparativamente ao ano anterior o valor das provisões matemáticas, passou de R\$ 25.463.760,38 para R\$ 28.084.657,46, com variação de 10,29%.

A composição da Provisão Matemática de R\$ 28.084.657,46, corresponde a R\$ 1.206.408,84 de benefícios concedidos e R\$ 26.878.248,62 de benefícios a conceder.

A variação das provisões está dentro da normalidade.

3.	Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:
----	--

Não há risco devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

4.	Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:
----	---

Não há insuficiência no plano.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Quanto a qualidade da base cadastral utilizada:
----	---

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2.	Quanto a variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:
----	--

Não há resultado superavitário ou deficitário devido a modalidade do Plano.

Na avaliação dos investimentos, efetuada de acordo com os registros contábeis de receitas e despesas previdenciárias, a rentabilidade da aplicação do patrimônio do plano alcançada ao longo de 2018 foi de 7,61%, em média, no entanto a rentabilidade individual é obtida de acordo com os perfis de investimentos.

A rentabilidade bruta, segregada por perfil de investimentos foi de: 7,69% para o Agressivo, 7,81% para o Moderado e 7,77% para o Conservador.

3.	Quanto a natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário ou deficitário acumulado:
----	--

Devido ao plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida, não há resultado superavitário ou deficitário. No entanto, a variação do resultado dos investimentos se deve a performance obtida na aplicação dos investimentos.

4.	Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:
----	---

Não há déficit no plano.

5.	Quanto à adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:
----	--

Não se aplica, devido a modalidade de Plano.

6.	Outros fatos relevantes:
----	--------------------------

Em 2018 o número de participantes ativos reduziu de 916 para 884.

Para o Plano de Custeio a ser aplicado no exercício de 2019, as contribuições vertidas para a formação dos benefícios são de livre escolha do participante, observado o mínimo de uma UP – Unidade Previdenciária do Plano ACPREV.

Para cobertura das despesas administrativas a taxa de carregamento de 2% aplicada sobre as contribuições será aplicada somente para contribuições Normal ou Adicional Mensal com o valor inferior a 3 UP, descontando-se da contribuição.

Aos participantes Vinculados e Suspensos será cobrado mensalmente e descontado do saldo de conta o percentual 2% aplicado sobre a contribuição mínima hipotética de uma UP.

A taxa mensal aplicada sobre o saldo de conta individual de Ativos, Vinculados, Suspensos e Assistidos aplica-se por perfil, 0,06% para o perfil Conservador, 0,07% para o perfil Moderado e 0,08% para o perfil Agressivo.

O Plano de Custeio estabelecido deve vigorar no exercício de 2019, a partir de 1º de abril, até a determinação da próxima avaliação anual ou, se for o caso, deve ser avaliado e eventualmente modificado pela ocorrência de fato relevante.

Curitiba, 20 de março de 2019.

Rita Pasqual Anzolin

Atuária - Miba 822

ATUAPREV – Consultoria Atuarial

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefícios DentalUNIPrev

Apresentamos abaixo as considerações da Avaliação Atuarial Anual de 2018 do **Plano de Benefícios DentalUNIPrev**, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:
----	---

Devido à modalidade de Plano Instituído como Contribuição Definida – não há custo estabelecido para o exercício.

Para garantia dos Benefícios propostos pelo Plano a contribuição média mensal do Plano verificada em 31/12/2018 corresponde a R\$ 54,38 e o saldo médio de R\$ 6.213,95.

No ano anterior a contribuição média correspondia a R\$ 54,02 e um saldo médio de R\$ 5.558,77.

A contribuição média dos participantes teve variação 1% e o saldo médio cresceu em 12% em relação ao ano anterior. A variação está dentro na normalidade.

2.	Quanto a variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:
----	--

O valor da Provisão Matemática total do plano registrada em 31/12/2018 foi de R\$ 11.122.970,19, valor equivalente ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

Comparativamente ao ano anterior o valor das provisões matemáticas, passou de R\$ 9.183.096,26, para R\$ 11.122.970,19, com variação de 21%.

A variação das provisões está dentro da normalidade. A variação de 21% decorre de novos recursos de contribuições e aportes e da rentabilidade obtida.

3.	Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:
----	--

Não há risco devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

4.	Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:
----	---

Não há insuficiência no plano devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Quanto a qualidade da base cadastral utilizada:
----	---

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2.	Quanto a variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:
----	--

Não há resultado superavitário ou deficitário devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

Na avaliação dos investimentos, efetuada de acordo com os registros contábeis de receitas e despesas previdenciárias, a rentabilidade da aplicação do patrimônio do plano alcançada ao longo de 2018 foi de 7,72%, em média. No entanto a rentabilidade individual depende do perfil escolhido pelo participante.

A rentabilidade bruta, segregada por perfil de investimentos foi de: 7,57% para o Agressivo, 7,81% para o Moderado e 7,54% para o Conservador.

3.	Quanto a natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário ou deficitário acumulado:
----	--

Devido ao plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida, não há resultado superavitário ou deficitário. No entanto, a variação do resultado dos investimentos se deve a performance obtida na aplicação dos investimentos.

4.	Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:
----	---

Não há déficit no plano devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

5.	Quanto à adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:
----	--

Não se aplica devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

6.	Outros fatos relevantes:
----	--------------------------

Em 2018 o número de participantes ativos aumentou de 1.652 para 1.790.

Para o Plano de Custeio a ser aplicado no exercício de 2019, as contribuições vertidas para a formação dos benefícios são de livre escolha do participante.

Para cobertura das despesas administrativas a taxa de carregamento de 2% aplicada sobre as contribuições é aplicada somente para contribuições Normal, Adicional ou Eventual Mensal com o valor inferior a 3 UP, descontando-se da contribuição.

Aos participantes Vinculados e Suspensos é cobrado mensalmente e descontado do saldo de conta o percentual 2% aplicado sobre a contribuição mínima hipotética de uma UP.

A taxa mensal aplicada sobre o saldo de conta individual de Ativos, Vinculados, Suspensos e Assistidos aplica-se por perfil, 0,06% para o perfil Conservador, 0,07% para o perfil Moderado e 0,08% para o perfil Agressivo.

O Plano de Custeio estabelecido deve vigorar no exercício de 2019, a partir de 1º de abril, até a determinação da próxima avaliação anual ou, se for o caso, deve ser avaliado e eventualmente modificado pela ocorrência de fato relevante.

Curitiba, 22 de março de 2019.

Rita Pasqual Anzolin

Atuária - Miba 822

ATUAPREV – Consultoria Atuarial

PARECER ATUARIAL

Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro

Apresentamos abaixo as considerações da Avaliação Atuarial Anual de 2018 do **Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro**, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:
----	---

Devido à modalidade de Plano Instituído como Contribuição Definida – não há custo estabelecido para o exercício.

Para garantia dos Benefícios propostos pelo Plano a contribuição média mensal do Plano verificada em 31/12/2018 corresponde a R\$ 150,34 e o saldo médio de R\$ 19.967,89.

No ano anterior a contribuição média correspondia a R\$ 172,44 e um saldo médio de R\$ 14.066,15.

Em termos relativos, em relação ao ano anterior, houve redução de 13% na contribuição média dos participantes e aumento de 42% no saldo.

2.	Quanto a variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:
----	--

A Provisão Matemática total do plano registrada em 31/12/2018 foi de R\$ 33.012.343,26, equivalente ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

Comparativamente ao ano anterior o valor das provisões matemáticas, passou de R\$ 20.522.300,39 para R\$ 33.012.343,26.

A variação das provisões foi de 61% devido ao aumento do número de participantes do Plano que cresceu 15%.

O valor das provisões matemáticas correspondente a R\$ 33.012.343,26 está distribuído em R\$ 2.221.849,60 para cobertura dos benefícios já concedidos e R\$ 30.790.493,66 para os benefícios a conceder.

3.	Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:
----	--

Não há risco devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

4.	Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:
----	---

Não se aplica devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Quanto a qualidade da base cadastral utilizada:
----	---

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2.	Quanto a variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:
----	--

Não há resultado superavitário ou deficitário.

Na avaliação dos investimentos, efetuada de acordo com os registros contábeis de receitas e despesas previdenciárias, a rentabilidade média da aplicação do patrimônio do plano alcançada ao longo de 2018 foi de 7,73%, no entanto a rentabilidade depende do perfil escolhido pelo participante.

A rentabilidade bruta, segregada por perfil de investimentos foi de: 7,50% para o Agressivo, 7,97% para o Moderado e 7,72% para o Conservador.

3.	Quanto a natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário ou deficitário acumulado:
----	--

Devido ao plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida, não há resultado superavitário ou deficitário. No entanto, a variação do resultado dos investimentos se deve a performance obtida na aplicação dos investimentos.

4.	Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:
----	---

Não há déficit no plano. Não se aplica devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

5.	Quanto à adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:
----	--

Não se aplica devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

6.	Outros fatos relevantes:
----	--------------------------

Para o Plano de Custeio a ser aplicado no exercício de 2019, as contribuições vertidas para a formação dos benefícios são de livre escolha do participante, observado o mínimo de uma UP – Unidade Previdenciária do Plano.

Para cobertura das despesas administrativas a taxa de carregamento de 2% aplicada sobre as contribuições será aplicada somente para contribuições Normal e Adicional Mensal com o valor inferior a 3 UP, descontando-se da contribuição.

Aos participantes Vinculados e Suspensos será cobrado mensalmente e descontado do saldo de conta o percentual 2% aplicado sobre a contribuição mínima hipotética de uma UP.

A taxa mensal aplicada sobre o saldo de conta individual de Ativos, Vinculados, Suspensos e Assistidos, aplica-se por perfil, 0,06% para o perfil Conservador, 0,07% para o perfil Moderado e 0,08% para o perfil Agressivo.

O Plano de Custeio estabelecido deve vigorar no exercício de 2019, a partir de 1º de abril, até a determinação da próxima avaliação anual ou, se for o caso, deve ser avaliado e eventualmente modificado pela ocorrência de fato relevante.

Curitiba, 21 de março de 2019.

Rita Pasqual Anzolin

Atuária - Miba 822

ATUAPREV – Consultoria Atuarial

PARECER ATUARIAL

Plano de Benefícios COPANPrev

Apresentamos abaixo as considerações da Avaliação Atuarial Anual de 2018 do **Plano de Benefícios COPANPREV – CNPB nº 2015.0018-83**, administrado pelo Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1.	Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:
----	---

Devido à modalidade de Plano Instituído como Contribuição Definida – não há custo estabelecido para o exercício.

Para garantia dos Benefícios propostos pelo Plano a contribuição média mensal do Plano verificada em 31/12/2018 corresponde a R\$ 372,30 e o saldo médio de R\$ 26.440,70.

No ano anterior a contribuição média correspondia a R\$ 307,27 e um saldo médio de R\$ 12.933,63.

A variação das contribuições dos participantes foi de 21%, o saldo médio cresceu em 104% em relação ao ano anterior devido à realização de aportes adicionais efetuados por participantes.

2.	Quanto a variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:
----	--

O valor das Provisões Matemáticas total do plano registrada em 31/12/2018 foi de R\$ 3.146.442,91, equivalente ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

Comparativamente ao ano anterior (em 31/12/2017) o valor das provisões matemáticas, passou de R\$ 1.383.898,07 para R\$ 3.146.442,91.

A variação expressiva das provisões matemáticas ocorreu devido à realização de aportes adicionais efetuados por participantes.

3.	Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:
----	--

Não há risco devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

4.	Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:
----	---

Não há insuficiência no plano.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1.	Quanto a qualidade da base cadastral utilizada:
----	---

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2.	Quanto a variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:
----	--

Não há resultado superavitário ou deficitário devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

Na avaliação dos investimentos, efetuada de acordo com os registros contábeis de receitas e despesas previdenciárias, a rentabilidade da aplicação do patrimônio do plano alcançada ao longo de 2018 foi de 7,65%, no entanto a rentabilidade individual depende do perfil de investimentos escolhido pelo participante.

A rentabilidade bruta, segregada por perfil de investimentos foi de: 10,17% para o Agressivo, 6,53% para o Moderado e 7,49% para o Conservador.

3.	Quanto a natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário ou deficitário acumulado:
----	--

Devido ao plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida, não há resultado superavitário ou deficitário. No entanto, a variação do resultado dos investimentos se deve a performance obtida na aplicação dos investimentos.

4. Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:

Não há déficit no plano devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

5. Quanto à adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:

Não se aplica devido o plano estar estruturado na modalidade de Contribuição Definida.

6. Outros fatos relevantes:

O número de participantes no Plano passou de 107 para 119. Muito embora, houve crescimento no valor dos aportes adicionais, o aumento de participantes não foi representativo, sendo recomendadas ações para aumento do número de adesões e viabilidade do Plano, tendo em vista os custos administrativos fixos.

Para o Plano de Custeio a ser aplicado no exercício de 2019, as contribuições vertidas para a formação dos benefícios são de livre escolha do participante, observado o mínimo de uma UP – Unidade Previdenciária do Plano.

Para cobertura das despesas administrativas a taxa de carregamento de 2% aplicada sobre as contribuições será aplicada somente para contribuições Normal e Adicional Mensal com o valor inferior a 3 UP, descontando-se da contribuição.

Aos participantes Vinculados e Suspensos será cobrado mensalmente e descontado do saldo de conta o percentual 2% aplicado sobre a contribuição mínima hipotética de uma UP.

A taxa mensal aplicada sobre o saldo de conta individual de Ativos, Vinculados, Suspensos e Assistidos, aplica-se por perfil, 0,06% para o perfil Conservador, 0,07% para o perfil Moderado e 0,08% para o perfil Agressivo.

O Plano de Custeio estabelecido deve vigorar no exercício de 2019, a partir de 1º de abril, até a determinação da próxima avaliação anual ou, se for o caso, deve ser avaliado e eventualmente modificado pela ocorrência de fato relevante.

Curitiba, 23 de março de 2019.

Rita Pasqual Anzolin

Atuária - Miba 822

ATUAPREV – Consultoria Atuarial

1. OBJETIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
 - 1.1. Início da vigência da Política de Investimentos
 - 1.2. Revisão da Política de Investimentos
2. RESPONSABILIDADES NO PROCESSO DE INVESTIMENTO
 - 2.1 COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS:
 - 2.1.1 Conselho Deliberativo
 - 2.1.2 Conselho Fiscal
 - 2.1.3 Diretoria Executiva
 - 2.2 COMPETÊNCIAS DOS DEMAIS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE INVESTIMENTOS
 - 2.2.1 Comitê de Investimentos
 - 2.2.2 Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ
 - 2.2.3 Administrador Estatutário Responsável pela Gestão de Risco – ARGR
 - 2.2.4 Núcleo de Investimentos
 - 2.2.5. Gestor (es) Externo (s)
 - 2.2.6 Agente Custodiante
3. CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE DECISÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS
4. POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS
5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS
 - 5.1 MODALIDADE DE GESTÃO
 - 5.2 OBRIGAÇÕES DOS GESTORES DE INVESTIMENTOS
 - 5.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO PRÓPRIA
 - 5.4 GESTORES EXTERNOS
 - 5.4.1 PROCESSO DE SELEÇÃO DE GESTORES EXTERNOS
 - 5.4.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS
 - 5.4.3 PROCESSO DE PENALIZAÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS
6. CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS
 - 6.1 PROCESSO DE SELEÇÃO
 - 6.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO
 - 6.3 PROCESSO DE PENALIZAÇÃO
7. ANÁLISE E ALOCAÇÃO DOS RECURSOS
 - 7.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA
 - 7.1.1 TÍTULO PÚBLICO FEDERAL
 - 7.1.2 CRÉDITO PARA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA
 - 7.1.3 CRÉDITO PARA INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA E FIDC
 - 7.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL
 - 7.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS
 - 7.4 SEGMENTO IMOBILIÁRIO
 - 7.5 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR
 - 7.6 SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES
8. GESTÃO DO PGA
9. PERFIS DE INVESTIMENTOS
10. RENTABILIDADE MÍNIMA ATUARIAL PROJETADA
11. PRESSUPOSTOS DO PASSIVO ATUARIAL
12. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DOS INVESTIMENTOS

- 12.1 GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL
 - 12.1.1 Métricas de Avaliação
 - 12.2 GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO
 - 12.2.1 Métricas de Avaliação
 - 12.2.2 Monitoramento
 - 12.3 GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO
 - 12.3.1 Métricas de Avaliação
 - 12.4 GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ
 - 12.4.1 MÉTRICAS DE AVALIAÇÃO
 - 12.5 GERENCIAMENTO DE RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO
 - 12.6 GERENCIAMENTO DE RISCO LEGAL
 - 12.7 GERENCIAMENTO DE RISCO SISTÊMICO
- 13. DESENQUADRAMENTOS
 - 14. ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES FIDUCIÁRIOS E ÁREAS ENVOLVIDAS
 - 15. LIMITES DE ALÇADAS

1. OBJETIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos dos Planos de Benefícios do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, tem como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos pelos próximos cinco anos – **2019 a 2023**, orientada no atendimento dos compromissos estabelecidos no Regulamento dos Planos de Benefícios, procurando maximizar o retorno dos ativos com o menor risco associado, prezando pela segurança, transparência e liquidez necessárias para honrar com as obrigações.

Tem como objetivo, também, orientar a Gestão de Investimentos dos recursos, padronizando e tornando transparentes os processos e decisões inerentes aos investimentos da Entidade.

Os limites e critérios aqui estabelecidos estão devidamente enquadrados e fundamentados na Resolução do Conselho Monetário Nacional – Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, Instrução PREVIC nº 6, de 14 de novembro de 2018, e demais regulamentações que estabelecem as diretrizes para aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

As metas de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios constituem importante ferramenta de planejamento estratégico, sendo por isso um mecanismo de governança.

A Política de Investimentos será divulgada conforme as determinações legais.

1.1. Início da vigência da Política de Investimentos

Esta Política de Investimentos, estabelecida conforme disposto no **ANEXO I**, entra em vigor em **01º de janeiro de 2019**.

1.2. Revisão da Política de Investimentos

A Política de Investimentos será proposta pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, com a expressa recomendação do Comitê de Investimentos, anualmente, antes do início do exercício a que se referir, ou, em caráter extraordinário, quando da ocorrência de algum fato relevante que possa influenciar qualquer das premissas que a norteia.

2. RESPONSABILIDADES NO PROCESSO DE INVESTIMENTO

Participam dos processos decisórios **ou** operacionais que compõem a Gestão de Investimentos do Fundo Paraná, exercendo suas atividades com boa fé, lealdade e diligência, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, bem como zelando por elevados padrões éticos:

Órgãos Estatutários:

- Conselho Deliberativo
- Conselho Fiscal
- Diretoria Executiva

Demais participantes dos processos de investimentos:

- Comitê de Investimentos
- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ
- Administrador Responsável pela Gestão de Riscos - ARGR
- Núcleo de Investimentos
- Colaboradores de outras áreas da Instituição que realizem atividades solicitadas pelo Núcleo de Investimentos
- Prestadores de serviços

2.1 COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS:

Em conjunto com o que dispõem o Estatuto do Fundo Paraná, os normativos internos e a legislação que regulamenta o tema, as principais atribuições dos membros dos órgãos estatutários, no que se refere aos processos de Gestão de Investimentos do Fundo Paraná, são:

2.1.1 Conselho Deliberativo

- Órgão superior da Entidade.

- a. Aprovar as Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios, bem como alterações e revisões;
- b. Acompanhar a execução das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios;

- c. Designar o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade (AETQ), escolhido dentre membros da Diretoria Executiva;
- d. Designar o responsável pela gestão e riscos da Entidade (ARGR);
- e. Aprovar a indicação dos membros do Comitê de Investimentos e o respectivo regimento;
- f. Aprovar a seleção de gestores terceirizados;
- g. Aprovar investimentos em um mesmo tipo de ativo de acordo com as alçadas estabelecidas nesta Política de Investimentos, bem como eventuais revisões.

2.1.2 Conselho Fiscal

- Órgão responsável pela fiscalização interna das atividades de governança, financeiras e contábeis da Entidade.

- a. Supervisionar a execução das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios;
- b. Emitir relatórios semestralmente sobre os controles internos e aderência da gestão de recursos à legislação vigente e às Políticas de Investimentos;
- c. Apurar eventuais irregularidades e atos ineficientes de gestão e sugerir medidas saneadoras, em conformidade com a legislação vigente e com as normas internas da Entidade;
- d. Informar ao Conselho Deliberativo sobre eventuais não aderências à legislação vigente e às Políticas de Investimentos.

2.1.3 Diretoria Executiva

- Órgão de administração geral da Entidade.

- a. Zelar pela boa gestão dos ativos do Fundo Paraná, atendendo a padrões técnicos, éticos e de prudência;
- b. Gerir os recursos, respeitando a legislação pertinente, as Políticas de Investimentos e normas complementares;
- c. Elaborar proposta da Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e eventuais revisões;
- d. Elaborar o regimento do Comitê de Investimentos e encaminhar para aprovação pelo Conselho Deliberativo;
- e. Definir as atribuições e competências do AETQ, ARGR e do Núcleo de Investimentos, exceto as de alçada do Conselho Deliberativo;
- f. Indicar membros do Comitê de Investimentos;

- g. Avaliar e aprovar o processo de seleção e avaliação de capacidade técnica de gestores terceirizados;
- h. Contratar profissionais externos independentes, tais como atuário, consultores e avaliador de gestão;
- i. Apresentar assuntos pertinentes para apreciação do Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos;
- j. Apresentar assuntos pertinentes para aprovação do Conselho Deliberativo.

2.2 COMPETÊNCIAS DOS DEMAIS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE INVESTIMENTOS

2.2.1 Comitê de Investimentos

- Órgão consultivo cuja finalidade é orientar e assessorar a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo na tomada de decisão relacionada à gestão dos investimentos. É regulamentado por Regimento Interno específico, onde são estabelecidas as competências, atribuições e regras de funcionamento.

Compete ao Comitê de Investimentos, por encaminhamento e sugestão da Diretoria Executiva, avaliar e recomendar:

- a. Proposta da Política de Investimentos dos Planos de Previdência do Fundo Paraná e eventuais revisões, a serem submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo;
- b. Normas e critérios de investimentos;
- c. A contratação de gestores de recursos para fundos exclusivos;
- d. A contratação de custodiante para os investimentos;
- e. A contratação de consultorias especializadas em assuntos relacionados a investimentos, quando necessária devido à complexidade e relevância;
- f. Planos de reenquadramento dos investimentos previstos nesta Política;
- g. Propostas para mudanças no balanceamento do portfólio de investimentos;
- h. Outras propostas de investimentos, cujas competências lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho Deliberativo.

2.2.2 Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ

- A função de AETQ será exercida por membro da Diretoria Executiva do Fundo Paraná, conforme previsto no Estatuto da Entidade e atribuições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, ou aquelas que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

O AETQ é responsável pela aplicação e constante verificação da conformidade dos investimentos do Fundo Paraná com as limitações da presente Política e da legislação pertinente, bem como pela prestação das informações relativas aos investimentos, à PREVIC e aos participantes.

São de responsabilidade do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ:

- a. Zelar pela observância de padrões éticos na condução das operações relativas aos investimentos do Fundo Paraná;
- b. Gerenciar os processos operacionais relativos à área de investimentos;
- c. Propor alterações nas Políticas de Investimentos quando ocorrer algum fato ou evento que possa afetar negativamente o desempenho dos investimentos;
- d. Validar as informações técnicas referentes aos investimentos, utilizadas nos estudos técnicos;
- e. Intermediar e manter o relacionamento entre a Entidade e os Gestores Externos;
- f. Informar à Diretoria, Comitê de Investimentos, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, eventuais desenquadramentos em relação às diretrizes das Políticas de Investimentos.

É facultado ao AETQ:

- a. Opor-se, de forma fundamentada, à Política de Investimentos ou a revisões desta, apresentando parecer sobre os pontos a que se opõe, em até trinta dias corridos a partir de sua aprovação;
- b. Propor alteração na Política de Investimentos, a qual deverá ser avaliada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Paraná;
- c. Solicitar o desligamento de suas funções, com aviso prévio de trinta dias, quando sua manifestação contrária à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo não seja reconsiderada;
- d. Propor, respeitados os procedimentos previstos nesta Política:
 - I) a nomeação ou substituição do Custodiante ou Administrador Fiduciário;
 - II) a contratação de Consultoria para auxiliá-lo nas suas atribuições;
 - III) a substituição de Gestores dos Recursos do Fundo Paraná, quando for o caso.

2.2.3 Administrador Estatutário Responsável pela Gestão de Risco – ARGR

- A função de ARGR será exercida por membro da Diretoria Executiva do Fundo Paraná, atendendo ao que estabelece o artigo 9º da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e artigo 23, §3, da IN/PREVIC nº 6, de 14 de novembro de 2018. O ARGR deverá monitorar os riscos dos investimentos do Fundo Paraná, mantendo-os dentro dos limites das Políticas de Investimentos e da legislação.

2.2.4 Núcleo de Investimentos

- Área responsável pelos processos operacionais relativos aos investimentos. São competências do Núcleo:

- a. Operacionalizar as aplicações dos recursos do Fundo Paraná em consonância com a legislação em vigor e com as diretrizes contidas nas Políticas de Investimentos, demais normas e alçadas;
- b. Acompanhar o processo de Empréstimos a Participantes;
- c. Analisar regulamentos de fundos de investimentos;
- d. Elaborar análises de investimentos, apresentando parecer para subsidiar as decisões de investimentos;
- e. Acompanhar a evolução da conjuntura política e econômica e seus reflexos no mercado financeiro e de capitais, bem como seus efeitos nos investimentos do Fundo Paraná;
- f. Enviar, à PREVIC, as informações contidas nas Políticas de Investimentos ou em suas revisões, dentro dos prazos preconizados pela legislação;
- g. Participar do processo de seleção dos gestores de recursos terceirizados, fornecendo subsídios para avaliação pelo AETQ, Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo;
- h. Encaminhar para a Diretoria, análise e avaliação do desempenho quantitativo de gestores de recursos terceirizados, nas situações em que não forem realizadas por consultoria contratada;
- i. Manter o registro e controle de todas as operações realizadas, incluindo os documentos que subsidiaram as decisões de investimentos, conforme a legislação vigente;
- j. Elaborar, mensalmente, relatórios sobre a posição patrimonial administrada, segmentada em classes de ativos e taxas de retorno obtidas, comparando-as com seu índice de referência (“*benchmark*”), para conhecimento e subsídio de decisões dos órgãos estatutários, bem como demais áreas da Entidade;
- k. Secretariar reuniões do Comitê de Investimentos, mantendo organizados seus documentos.

2.2.5. Gestor(es) Externo(s)

Compete ao(s) Gestor(es) Externo(s), sem prejuízo das atribuições previstas na legislação:

- a. Atualizar e manter a documentação legal referente aos Fundos de Investimentos que administram, inclusive no formato digitalizado (regulamentos dos fundos, atas, etc.);
- b. Divulgar as informações dos Fundos de Investimentos aos órgãos competentes;
- c. Elaborar e controlar os cadastros de cotistas;

- d. Acompanhar e implementar as alterações legais;
- e. Notificar prontamente ao Fundo Paraná caso, em algum momento, exista um investimento ou grupo de investimentos que estejam em desacordo com o regulamento do Fundo;
- f. Informar, ao Fundo Paraná, todos e quaisquer custos envolvidos na gestão dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de performance, auditoria, corretagem ou publicação;
- g. Manifestar ciência e respeitar as diretrizes para aplicação de recursos garantidores estabelecidas na Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 4.661/2018m e seus alterações;
- h. Cumprir e fazer cumprir o mandato estabelecido pelo Fundo Paraná em relação ao objetivo de cada Fundo de Investimentos;
- i. Informar ao Fundo Paraná qualquer eventual e potencial conflito de interesses na gestão de investimentos.

No caso dos Fundos Exclusivos:

A administração dos recursos será realizada de forma centralizada, tendo o administrador dos Fundos Exclusivos as seguintes responsabilidades, sem prejuízo de outras atribuições previstas em contrato e na legislação:

- a. Elaborar os Regulamentos, Prospectos e Termos de Adesão, com anuência do Núcleo de Investimentos do Fundo Paraná;
- b. Observar todos e quaisquer limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, ou aquelas que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la, como também os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos, tanto no plano macro (alocação entre os segmentos) quanto no micro (alocação nos segmentos), comunicando imediatamente ao Fundo Paraná a ocorrência de qualquer desenquadramento, ativo ou passivo;
- c. Atualizar e manter a documentação legal referentes ao (s) Fundo (s) de Investimento (s) Exclusivo (s) do Fundo Paraná que administram, inclusive no formato digitalizado (regulamentos dos fundos, atas, etc.);
- d. Atualizar e manter a documentação referente ao processo decisório de investimento ou desinvestimento em ativos de um Fundo Exclusivo;
- e. Acompanhar e implementar as alterações legais;
- f. Notificar prontamente ao Fundo Paraná caso, em algum momento, exista um investimento ou grupo de investimentos que estejam em desacordo com o regulamento do Fundo;
- g. Informar, ao Fundo Paraná, todos e quaisquer custos envolvidos na gestão dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de performance, auditoria, corretagem ou publicação.
- h. Participar, sempre que convocados, das reuniões do Fundo Paraná, referentes a temas de sua responsabilidade;

- i. Representar o Fundo Paraná, quando solicitado, sendo informado com a antecedência mínima de setenta e duas horas do prazo de realização do evento.

2.2.6 Agente Custodiante

Compete ao Agente Custodiante, em relação aos investimentos, e sem prejuízo de suas atribuições específicas previstas em contrato:

- a. Controlar os títulos, valores mobiliários e demais operações integrantes das carteiras do Fundo Paraná;
- b. Executar a liquidação física e financeira das operações de acordo com a Política de Investimentos e legislação em vigor;
- c. Gerenciar a documentação e informações referentes aos eventos associados aos títulos e valores mobiliários;
- d. Receber e exercer direitos, resgates, amortizações e/ou reembolsos devidos dos títulos e valores mobiliários do Fundo Paraná;
- e. Precificar a carteira e emitir o fluxo de caixa;
- f. Executar a reconciliação de ativos;
- g. Apurar e controlar impostos dos ativos;
- h. Controlar os preços dos ativos custodiados;
- i. Observar todos e quaisquer limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, ou aquelas que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la, como também os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos, tanto no plano macro (alocação entre os segmentos) quanto no micro (alocação nos segmentos), comunicando imediatamente ao Fundo Paraná a ocorrência de qualquer desenquadramento, ativo ou passivo;
- j. Calcular o Risco de Mercado elaborando Relatórios mensais;
- k. Executar o compliance ativo ex-ante das operações e compliance ativo ex-ante dos cálculos de Risco;
- l. Exercer, em nome do Fundo Paraná, os direitos e prerrogativas inerentes aos ativos sob sua custódia, observadas as condições desta Política de Investimentos e da legislação aplicável;
- m. Fornecer ao Fundo Paraná, as posições atualizadas dos ativos sob sua custódia, discriminando as características deles;
- n. Prestar outros serviços que, por exigência legal, venham a ser considerados incumbência obrigatória do Custodiante;
- o. Acatar as ordens de movimentação de recursos, emitidas por representantes legais ou mandatários devidamente autorizados pelo Fundo Paraná, desde que estejam em conformidade com esta Política de Investimentos e Legislação vigente;

- p. Verificar e garantir, diariamente, o cumprimento de limites e disposições legais, assim como os limites e regras definidas para a Controladoria e disposições contidas nesta Política de Investimentos;
- q. Consolidar e acompanhar as movimentações dos títulos e valores mobiliários das diversas carteiras;
- r. Verificar e controlar a conformidade das operações eventualmente efetivadas em meio distinto às plataformas eletrônicas;
- s. Notificar o Fundo Paraná caso verifique qualquer desconformidade nas ordens recebidas;
- t. Autorizar e receber, caso necessário e mediante prévia notificação, trabalhos de auditoria contratada pelo Fundo Paraná.

3. CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NOS PROCESSOS DE DECISÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Deverão estar certificados, nos termos estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, todos aqueles que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

As certificações devem ser efetuadas por instituições certificadoras autônomas reconhecidas pela PREVIC, para fins do processo de habilitação, quando for o caso.

Cabe à Diretoria Executiva propor o rol de colaboradores e prestadores de serviço que compõe o processo decisório de investimentos do Fundo Paraná, a serem submetidos à exigência de Certificação prevista na legislação pertinente.

É de responsabilidade do Fundo Paraná viabilizar o treinamento e suporte necessário para que os membros indicados obtenham a Certificação.

Também cabe ao Fundo Paraná incentivar os participantes ativos e assistidos a participarem de processos de certificação, para que se tornem aptos a integrar seus órgãos colegiados.

4. POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

A construção das Políticas de Investimentos dos Planos Previdenciários leva em consideração:

- O cenário econômico;
- O princípio da diversificação;
- A estratégia de macroalocação de ativos, que é parametrizada com base nos compromissos atuariais;

- Os limites quantitativos impostos pela legislação para cada segmento de investimentos.

Em conformidade com a legislação, as Políticas de Investimentos, bem como eventuais revisões, serão informadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, após aprovação do Conselho Deliberativo, observando os prazos legais estabelecidos.

O Fundo Paraná disponibilizará as informações relativas às Políticas de Investimentos por meio eletrônico aos participantes e assistidos.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A Entidade deve apurar qual forma de Gestão dos Investimentos melhor se adapta ao seu perfil e à regulação a que se submete: gestão própria, gestão terceirizada ou mista, segundo o Guia de Melhores Práticas em Investimentos da PREVIC.

Cabe aos Gestores de Investimentos a execução das Políticas de Investimentos dos planos administrados pelo Fundo Paraná, além do cumprimento dos princípios gerais estabelecidos pela Entidade.

5.1 MODALIDADE DE GESTÃO

A modalidade de gestão deverá levar em consideração as seguintes questões:

- Tamanho e capacitação da estrutura funcional interna;
- Número de Planos e respectivos patrimônios;
- Busca de maior nível de qualidade, por meio de especialistas e plataformas atualizadas;
- Otimização de custos.

A operacionalização dos investimentos realizados por Gestão Própria será realizada pelo Núcleo de Investimentos.

No caso de Gestão Terceirizada, o Núcleo de Investimentos fará o acompanhamento, monitoramento e controle contínuo dos resultados obtidos, bem como participará do processo de seleção de Gestores Externos, obedecendo requisitos estabelecidos nesta Política de Investimentos.

No caso de seleção de prestadores de serviços, serão avaliadas a capacitação técnica e a existência de potenciais conflitos de interesse, além de somente poderem ser contratados aqueles prestadores

que cumpram as exigências mínimas previstas pela Resolução CMN nº 4.661/2018 quanto a seus cadastros e certificações junto aos órgãos competentes.

5.2 OBRIGAÇÕES DOS GESTORES DE INVESTIMENTOS

Os Gestores de Investimentos devem:

- a. Realizar a gestão dos ativos da Entidade, conforme a legislação específica e as Políticas de Investimentos dos Planos administrados pelo Fundo Paraná;
- b. Apresentar alternativas de ativos, com suas características e potencial de contribuição no alcance dos objetivos da Entidade, considerando obtenção de melhores retornos e redução de riscos;
- c. Determinar a alocação de recursos;
- d. Observar se as diretrizes e limites de alocações previstas nos regulamentos dos fundos de investimentos estão de acordo com a legislação pertinente;
- e. Apresentar suas análises de cenários, *performance* dos investimentos e suas estratégias presentes e futuras;
- f. Observar os princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, preferencialmente, de forma diferenciada por setores da atividade econômica;
- g. Realizar reuniões que podem ocorrer em qualquer forma e tempo, conforme agenda determinada pela Entidade em comum acordo com os Gestores;
- h. Fornecer relatórios mensais sobre a posição patrimonial administrada, segmentada em classes de ativos e taxas de retornos obtidas;
- i. Preparar e entregar trimestralmente demonstrativos por escrito sobre os eventos econômicos e financeiros, a movimentação dos recursos e *performance* dos investimentos no período ocorrido;
- j. Encaminhar periodicamente ao Núcleo de Investimentos da Entidade, no caso de Gestores Externos, arquivo de dados contendo todas as informações necessárias para que ele possa efetuar os controles e avaliação dos riscos e o preenchimento de demonstrativos, conforme determinações da PREVIC;
- k. Registrar o apreçamento de todos os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de investimentos e fundos de investimentos nos quais são aplicados recursos da Entidade, a preços de mercado;
- l. Informar à Entidade todos e quaisquer custos envolvidos na gestão dos recursos, tais como: taxa de administração, taxa de *performance*, auditoria, corretagem, publicação;
- m. Responsabilizar-se por uma administração ética, transparente e objetiva;

- n. Assumir toda responsabilidade, incluindo o ressarcimento de multas ou perdas, provenientes do descumprimento das determinações dos regulamentos dos seus fundos de investimentos, no caso de Gestores Externos.

5.3 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO PRÓPRIA

A *performance* dos investimentos será avaliada periodicamente em relação aos *benchmarks* determinados para cada segmento de ativos, considerando o histórico de risco e retorno dos recursos geridos pelo Núcleo de Investimentos. A análise das rentabilidades está associada à capacidade de obtenção de valor adicionado (líquidos de taxas). A *performance* em questão será avaliada trimestralmente com foco em médias anuais.

Em face da conclusão da avaliação, o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, juntamente com o Comitê de Investimentos, poderá propor aos Órgãos Estuários competentes, eventual necessidade de alteração das estratégias de investimentos e demais medidas cabíveis.

5.4 GESTORES EXTERNOS

5.4.1 PROCESSO DE SELEÇÃO DE GESTORES EXTERNOS

A seleção dos Gestores Externos será realizada pela Diretoria Executiva e Núcleo de Investimentos, os quais submeterão à apreciação do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo. O processo de seleção será constituído de duas fases: quantitativa e qualitativa. A Diretoria Executiva decidirá quais instituições continuarão no processo (1ª fase) e procederá a análise qualitativa dos candidatos pré-selecionados (2ª fase).

A avaliação quantitativa considerará indicadores de desempenho dos fundos disponíveis no mercado para aferir a *performance* relativa dos Gestores ao longo do tempo e a consistência dos resultados.

A avaliação qualitativa dos gestores de recursos previamente selecionados na fase quantitativa será realizada através de *due diligence* para verificar o processo de gestão, a transparência, a qualificação da equipe, a qualidade operacional e os critérios de controle de risco, bem como os aspectos jurídicos.

Os procedimentos do processo de seleção podem ser descritos da seguinte forma:

Primeira Fase: Serão verificados os seguintes requisitos mínimos:

- Avaliação do histórico de rentabilidade e classificação do gestor externo verificando indicadores de risco e retorno, individual e conjuntamente, além de indicadores de *performance* relativos ao mercado de fundos de mesma característica.
- Será utilizado um modelo de fatores com objetivo de desenhar um ranking com base no qual serão tomadas as decisões.

Segunda Fase: Os gestores que passam pela primeira fase serão submetidos à análise qualitativa mais abrangente, cujo processo de avaliação compreenderá:

- Visita técnica às instituições por membros do Fundo Paraná com o objetivo de discutir os pontos abordados nos questionários e aprofundar os conhecimentos técnicos da instituição (*due diligence*);
- Experiência e estabilidade dos profissionais envolvidos com a gestão dos investimentos;
- Metodologia de gestão de recursos e seleção de investimentos em concordância com as teorias modernas de portfólio;
- Processo e metodologia de avaliação de risco de mercado e de crédito (quando for o caso);
- Utilização de tecnologia avançada em todos os segmentos da gestão dos investimentos;
- Foco na gestão dos recursos de terceiros;
- Metodologia de precificação de ativos em linha com as práticas de mercado e realizada por instituição segregada;
- Estrutura de gestão de recursos segregada de outras áreas com atividades conflitantes.

Após a conclusão das fases de avaliação, as instituições selecionadas pela Diretoria Executiva serão encaminhadas para apreciação do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo. O processo de seleção dos Gestores será formalizado através de registro das etapas, bem como justificativas e documentação relacionada.

5.4.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

A *performance* dos investimentos será avaliada periodicamente em relação aos *benchmarks* determinados para cada segmento de ativos, considerando o histórico de risco e retorno dos recursos por eles geridos. A análise das rentabilidades está associada à capacidade dos Gestores na obtenção de valor adicionado (líquidos de taxas). A *performance* em questão será avaliada trimestralmente com foco em médias anuais.

Serão avaliados também, pontos determinantes, como a qualidade do atendimento, controle de riscos e reputação no mercado.

Em face da conclusão da avaliação, o AETQ e o ARGR, juntamente com o Comitê de Investimentos, poderão propor aos Órgãos Estuários competentes, eventual necessidade de substituição dos Gestores Externos de Recursos.

5.4.3 PROCESSO DE PENALIZAÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

Os Gestores Externos de Investimentos que não estiverem, a qualquer momento, enquadrados nos regulamentos de seus Fundos de Investimentos, às Políticas de Investimentos dos Planos administrados pelo Fundo Paraná e à legislação vigente, assim como quando suas *performances* se diferenciarem consistentemente, no período dos últimos 12 meses, do parâmetro de *performance* e da relação risco-retorno verificada no médio prazo para os *benchmarks*, cometem faltas graves.

Gestores Externos de Recursos que cometerem falta grave podem perder a carteira, sem prévio aviso e sem prejuízo de quaisquer responsabilidades que lhes possam ser atribuídas, mediante procedimento próprio de apuração de responsabilidade civil, nos termos da legislação.

6. CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

É obrigatória a contratação de pessoa jurídica registrada na CVM para prestação de serviço de custódia. O Fundo Paraná contratará os serviços de custódia qualificada junto a uma instituição financeira de grande porte. O custodiante deverá acompanhar a regularidade do registro das cotas dos Fundos de Investimentos em sistemas de liquidação financeira de ativos autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência.

6.1 PROCESSO DE SELEÇÃO

O Agente Custodiante será selecionado por critérios definidos pela Diretoria Executiva e Núcleo de Investimentos, avaliado pelo Comitê de Investimentos e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Os critérios devem englobar no mínimo:

- Tamanho e histórico da instituição;
- Procedimentos operacionais adotados;
- Custos envolvidos.

6.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação do Agente Custodiante deverá ser efetuada com periodicidade mínima anual, sendo avaliados os seguintes quesitos mínimos:

- Qualidade no atendimento dispensado ao Fundo Paraná e respectivos Gestores de Investimentos;
- Qualidade dos serviços prestados;
- Diligência na resolução de problemas e atendimento a demandas;
- Competitividade das taxas cobradas.

Compete à Diretoria Executiva decidir pela continuidade ou substituição do Agente Custodiante, submetendo à análise do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo.

6.3 PROCESSO DE PENALIZAÇÃO

A não observância às disposições legais e àquelas contidas tanto no contrato de custódia quanto no acordo operacional serão consideradas faltas graves e poderão ser punidas com a rescisão contratual e transferência de custódia dos ativos.

7. ANÁLISE E ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A metodologia de análise para alocação será baseada nos Estudos de Fronteira Eficiente, que objetiva:

- a. Encontrar a melhor combinação de ativos, visando maximizar a probabilidade de atingimento dos objetivos de rentabilidade propostos para os planos administrados pelo Fundo Paraná, diante das premissas estabelecidas sobre os ativos e as obrigações previdenciárias;
- b. Otimizar a performance para atingir a meta atuarial dos planos, por meio da minimização da volatilidade dos resultados acumulados;
- c. Reduzir o Risco de Liquidez, tendo em vista as disponibilidades e necessidades futuras de recursos financeiros em caixa.

O processo de análise e alocação de recursos deve considerar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e demais regulamentações referentes à aplicação de recursos das EFPCs e Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios administrados pelo Fundo Paraná.

Os documentos das análises para embasamento das aplicações dos recursos devem ser mantidos em registro, por meio digital, conforme previsto na legislação específica e de acordo com o segmento de investimento:

- Renda Fixa;
- Renda Variável;
- Estruturado;
- Imobiliário;
- Exterior;
- Operações com Participantes.

7.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

O segmento de renda fixa é uma ferramenta estratégica na gestão dos Planos de Benefícios administrados pelo Fundo Paraná, pois os ativos que o compõem devem oferecer a capacidade de programação de fluxo de caixa, principalmente de longo prazo, objetivando atender às obrigações do Passivo Atuarial.

Devem ser observados prazos, indexação e retorno, que representam influentes fatores na gestão da solvência e da liquidez dos Planos.

7.1.1 TÍTULO PÚBLICO FEDERAL

No processo de análise serão avaliados os seguintes itens:

- a. Limites e parâmetros definidos na Política de Investimentos e legislação pertinente;
- b. Análise do cenário/mercado considerando os resultados de estudos técnicos específicos, quando couber;
- c. Análise dos riscos e do retorno esperado;
- d. Análise da liquidez e do impacto da volatilidade do investimento no Plano;
- e. Análise da marcação do ativo.

7.1.2 CRÉDITO PARA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

No processo de análise serão avaliados os seguintes itens:

- a. Limites e parâmetros definidos na Política de Investimentos e legislação pertinente;
- b. Cenário/mercado considerando os resultados de estudos técnicos específicos, quando couber;
- c. Riscos e do retorno esperado;
- d. Liquidez e do impacto da volatilidade do investimento no plano.
- e. Para operações com prazo superior a 365 dias, também deverão ser avaliados os seguintes itens:
 - i. *Rating* corporativo;
 - ii. *Spreads* (risco de crédito vs retorno).

A análise do risco de crédito de instituições financeiras é realizada por empresa contratada pelo Fundo Paraná e destina-se à determinação de limites de créditos. Para análise de risco de crédito de instituições financeiras, o Fundo Paraná utilizará metodologias de análise de crédito proprietárias, bem como análises de terceiros qualificados, como por exemplo, agências de rating e consultorias.

7.1.3 CRÉDITO PARA INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA E FIDC

No processo de análise serão avaliados os seguintes itens:

- a. Limites e parâmetros definidos na Política de Investimentos e legislação pertinente;
- b. Análise do cenário/mercado considerando os resultados de estudos técnicos específicos, quando couber;
- c. Análise dos riscos e do retorno esperado, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a análise da liquidez, análise de crédito, análise do rating, análise dos spreads (risco de crédito *versus* retorno), avaliação da estrutura, da carteira, do cedente, do nível de subordinação/colateral e inadimplência.

Considerando a necessidade de observar o limite consolidado, conforme dispõe a legislação pertinente, que é de responsabilidade do Fundo Paraná, deverão ser considerados os limites pretendidos em participações de emissões de títulos e valores mobiliários.

7.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Este segmento contempla alocações em ações de emissão de companhias abertas de diferentes níveis de governança, os correspondentes bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de

depósitos de ações, além das operações de empréstimos de ações e fundos de índice negociados em bolsa.

No processo de análise de empresas os Gestores de Investimentos avaliarão, preferencialmente, os seguintes itens:

- a. Limites e parâmetros definidos na Política de Investimentos e legislação pertinente;
- b. Análise do cenário/mercado considerando os resultados de estudos técnicos específicos, quando couber;
- c. Análise estratégica do segmento de negócio;
- d. Análise fundamentalista (*valuation*) das empresas por modelo de fluxo de caixa descontado ou outro modelo mais apropriado às características do ativo, fundamentando as principais premissas adotadas (crescimento da receita, margens, custo de capital, entre outros) e a qualidade dos resultados (margem de segurança, previsibilidade de lucros, estabilidade de margens, endividamento, métricas de retorno sobre capital, entre outros);
- e. Análise da governança corporativa;
- f. Análise comparativa de múltiplos das empresas, *market value/NAV* e *dividend yield*;
- g. Análise dos riscos e do retorno esperado;
- h. Análise de sensibilidade dos modelos.

Em se tratando de SPE (Sociedade de Propósito Específico), além dos itens elencados acima, no que couber, também deverão ser observados os demais requisitos específicos previstos nos dispositivos legais.

7.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O Fundo Paraná poderá buscar investimentos no segmento de investimentos estruturados, tendo participações diretas ou em veículos de investimento onde a gestão é compartilhada com outras instituições que têm os mesmos interesses no longo prazo.

Neste contexto, estudará a viabilidade de aplicações em:

- a. Fundos de Investimentos em Participações (FIP);
- b. Fundos de Investimento classificado como Multimercado (FIM);
- c. Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos classificados como Multimercado (FICFIM);
- d. Fundos de Investimentos classificados como “Ações Mercado de Acesso”;
- e. Certificados de Operações Estruturadas (COE).

Os investimentos nos produtos acima devem obedecer aos requisitos estabelecidos na regulamentação pertinente e considerar:

- a. Análise do regulamento do respectivo fundo, de acordo com Instruções da CVM, onde devem ser abordados os seguintes itens:
 - Critérios de contratação e destituição dos administradores e consultores do fundo, quando houver;
 - Critérios de alteração de regulamento;
 - Critério para realização de investimentos, de quórum qualificado, entre outras matérias;
 - Despesas referentes ao fundo e de responsabilidade do administrador, com limites claros;
 - Prazos para envio de material e convocação das assembleias/reuniões e outros eventos.
- b. A política de distribuição de rendimentos e de resultados;
- c. A fixação da base de cálculo e do percentual da remuneração do gestor/administrador do fundo (taxas de administração e de performance) e outros custos que afetam diretamente a sua rentabilidade;
- d. Critérios de seleção de ativos que compõem o fundo e sua política de diversificação;
- e. A existência de limites de suprimento de déficits de caixa do fundo pelos cotistas através da subscrição de novas cotas;
- f. O critério de amortização das cotas nos casos de fundos de prazo determinado.

7.4 SEGMENTO IMOBILIÁRIO

O Fundo Paraná poderá buscar investimentos no segmento imobiliário, através de veículos de investimento, onde a gestão é compartilhada com outras instituições que têm os mesmos interesses no longo prazo.

Neste contexto, estudar-se-á a viabilidade de aplicações em:

- a. Fundos de Investimentos Imobiliários (FII);
- b. Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliário (FICFII);
- c. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI);
- d. Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI).

Os investimentos nos produtos acima devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a. Limites e parâmetros definidos na Política de Investimentos e legislação pertinente;
- b. Análise do cenário/mercado;

- c. Análise dos riscos e do retorno esperado, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a análise da liquidez e do impacto da volatilidade do investimento no plano, qualidade e localização dos imóveis, histórico de inadimplência e vacância, qualidade de crédito dos inquilinos e concentração, custos e despesas de gestão, política de distribuição de resultados e o critério de amortização das cotas nos casos de fundos de prazo determinado, análise de crédito da carteira e análise de riscos específicos, caso houver;
- d. Análise fundamentalista (Ex.: *market value/NAV*, múltiplos, *dividend yield*, fluxo de caixa descontado);
- e. Análise das taxas de administração e de *performance* e outros custos que afetam diretamente a sua rentabilidade;
- f. Análise qualitativa do gestor do fundo.

7.5 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

O Fundo Paraná poderá buscar investimentos no segmento exterior, através de aplicações em:

- a. Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento, classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”;
- b. Cotas de Fundos de Índice do Exterior admitidas à negociação em Bolsa de Valores do Brasil;
- c. Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com sufixo “Investimento no Exterior”;
- d. *Brazilian Depositary Receipts (BDR)*, classificados como nível I;
- e. Cotas dos Fundos da classe “Ações – BDR Nível I”;
- f. Ativos Financeiros no Exterior pertencentes às Carteiras dos Fundos Constituídos no Brasil que não estejam previstos nos itens anteriores.

Os investimentos nos produtos acima devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a. Limites e parâmetros definidos na Política de Investimentos e legislação pertinente;
- b. Análise do cenário/mercado;
- c. Análise dos riscos e do retorno esperado, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a análise da liquidez e do impacto da volatilidade do investimento no plano e análise de riscos específicos, caso houver;
- d. Análise qualitativa do Gestor do Fundo;
- e. Análises de desempenho e retornos históricos;
- f. Análise das taxas, de administração e de *performance*, e outros custos que afetam diretamente a sua rentabilidade.

7.6 SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A carteira de Operações com Participantes do Fundo Paraná contempla duas categorias de empréstimo, com livre destinação dos recursos, de acordo com o tipo de Plano, Instituídos ou Patrocinados. Os empréstimos são destinados a participantes ativos, assistidos e autopatrocinados. A concessão de empréstimos deve seguir o estabelecido nos Regulamentos de Empréstimos a Participantes, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A taxa do retorno das operações será determinada pela Diretoria Executiva, submetida ao Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, com base na legislação aplicável, sendo esta divulgada por meio do site do Fundo Paraná.

O segmento possui características de baixo risco de crédito, devido à consignação em folha de pagamento ou ao limite de liberação estar atrelado ao saldo do Plano.

8. GESTÃO DO PGA

A alocação de recursos do Programa de Gestão Administrativa (PGA) tem como objetivo atender às necessidades de liquidez da Entidade para a manutenção de sua estrutura administrativa.

Esses recursos, por questões de liquidez e riscos de mercado, devem ter a sua totalidade alocada no Segmento de Renda Fixa.

A Diretoria Executiva, o AETQ e o Núcleo de Investimentos acompanham e monitoram as alocações dos investimentos do PGA, em relatórios específicos.

9. PERFIS DE INVESTIMENTOS

No exercício de 2019, serão mantidos os 3 (três) Perfis de Investimentos oferecidos aos participantes dos Planos de Previdência do Fundo Paraná (Agressivo, Moderado e Conservador).

As opções de investimento deverão obedecer aos limites estabelecidos nesta Política e aos termos da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, ou aquelas que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

As aplicações escolhidas deverão atender os limites definidos nesta Política de Investimentos e as determinações contidas na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, ou aquelas que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

10. RENTABILIDADE MÍNIMA ATUARIAL PROJETADA

Para fins de meta dos investimentos, apesar da inexistência de obrigatoriedade por tratar-se de Plano de Contribuição Definida (inserção minha- Claudia), o Fundo Paraná adotará em 2019, em seus Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida, a taxa de 4,5% a.a. como rentabilidade mínima atuarial projetada, acrescida da variação anual do INPC/IBGE, de acordo com as diretrizes previstas na legislação.

11. PRESSUPOSTOS DO PASSIVO ATUARIAL

O Fundo Paraná não está sujeito a normativos legais quanto a exigências de atingimento de metas atuariais, uma vez que administra planos exclusivamente CD.

12. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DOS INVESTIMENTOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo II - Dos Controles Internos, da Avaliação e Monitoramento de Risco e do Conflito de Interesse da Resolução CMN nº 4661/2018, que estabelecem quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste item é apontar a necessidade de análise dos principais riscos, destacando a importância de se estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos Planos estão expostos, dentre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.

Os limites de risco estabelecidos nas Políticas de Investimentos serão monitorados periodicamente pelo ARGR, podendo ter o auxílio de consultoria externa. Quando os referidos limites forem extrapolados, o Comitê, tempestivamente, deverá comunicar ao AETQ, que tomará as medidas adequadas.

Para minimizar possíveis ônus financeiros decorrentes dos riscos existentes nos Planos, foram definidos controles que estão descritos de forma mais detalhadas a seguir.

12.1 GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas ou de eventos operacionais externos.

A gestão do Risco Operacional é de fundamental importância para a identificação e mitigação de ameaças externas e falhas internas que possam afetar os objetivos de negócios.

Os principais fatores de riscos considerados são os seguintes:

- Riscos de falha humana;
- Risco de fraude;
- Risco de indisponibilidade de pessoal especializado;
- Risco de especificação de processos;
- Risco de infraestrutura física;
- Risco de sistemas;
- Risco de eventos externos ou catástrofes.

12.1.1 Métricas de Avaliação

O monitoramento dos riscos será feito pelo AETQ em conjunto com a área de Gestão Estratégica. Esta avaliação considera a efetividade dos controles e a potencialidade dos riscos, possibilitando a detecção de exposições indesejadas e a implementação de planos de ação complementares e/ou corretivos.

O Gerenciamento do Risco Operacional está baseado nos processos de identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e respectivos controles.

No processo de identificação o Fundo Paraná atua preventivamente na mitigação de seus riscos operacionais por meio de programas de avaliação de riscos e controles.

O Núcleo de Investimentos levantará o impacto e a frequência dos riscos para avaliação e mensuração dos mesmos.

Para a conclusão do processo de avaliação o AETQ e a área de Gestão Estratégica definirão, quando couber, ajustes em controles e/ou sistemas, como também planos de ação para mitigar o risco e aprimorar os controles envolvidos.

As rotinas de identificação serão objeto de reavaliação bianual pelos respectivos gestores dos fluxos de informações das atividades mapeadas pelas respectivas áreas, discutidas e aprovadas pelo AETQ.

O processo de monitoramento da efetividade dos controles mitigatórios consiste em:

- Elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva de deficiências de controle e gerenciamento dos riscos operacionais;
- Realização de testes de avaliação dos principais sistemas de controle de riscos operacionais;
- Disseminação de práticas de gerenciamento de Risco Operacional aos Colaboradores do Fundo Paraná e seus Prestadores de Serviços;
- Verificação do cumprimento dos planos de ação propostos e da efetividade das ações de mitigação implementadas;
- Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento;
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidades de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimentos.

Semestralmente o Conselho Fiscal se manifestará a respeito da efetividade dos controles internos executados.

12.2 GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO

O Gerenciamento de Risco de Crédito tem por objetivo estabelecer as diretrizes para as atividades relacionadas à avaliação de ativos de crédito privado de instituições financeiras e empresas não financeiras, para possíveis alocações do patrimônio dos Planos administrados pelo Fundo Paraná.

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira com a diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco da contraparte emissora em realizar o pagamento, perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

12.2.1 Métricas de Avaliação

A gestão do risco de crédito será realizada considerando principalmente os ratings dos títulos ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas em relação à estrutura dos ativos, conforme definido nas Políticas de Investimentos.

Para a tomada de decisão sobre um possível investimento em um papel de crédito, o Fundo Paraná deverá considerar as características, garantias e fontes de risco do ativo em si, conforme definido nas Políticas de Investimentos.

Com relação aos investimentos diretos em ativos que possam apresentar risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating), mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

- Análise dos emissores;
- Análise de prospectos e outras documentações;
- Comparação da *duration* e fluxo de caixa;
- Análise do impacto da operação na carteira do plano;
- Análise jurídica, quando aplicável;
- Monitoramento de crédito.

No caso de investimentos indiretos, por meio de fundos de investimentos, cujo gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento do fundo.

No Segmento de Operações com participantes, na modalidade de empréstimo, o gerenciamento do risco de crédito ficará restrito ao monitoramento da qualidade das garantias e às ações de cobrança decorrentes de eventuais atrasos.

12.2.2 Monitoramento

Os investimentos em ativos de crédito privado deverão ser acompanhados em periodicidade no mínimo trimestral, quando as empresas publicam os demonstrativos financeiros, ou na divulgação de qualquer informação que possa alterar as análises, como, por exemplo, alteração de ratings ou divulgação de fatos relevantes através de relatórios emitidos pelos Gestores de Investimentos.

Com relação às Operações com Participantes, mensalmente, o Núcleo de Investimentos deverá apurar o percentual de inadimplência da carteira de empréstimos, por plano de benefícios, com o objetivo de verificar o impacto da possível inadimplência na rentabilidade desta carteira.

Os resultados do Gerenciamento do Risco de Crédito serão discutidos pelo AETQ em conjunto e a área de Gestão Estratégica.

12.3 GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de ativos financeiros.

Segundo o Art. 10 da Resolução CMN nº 4661/2018, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado deve prever:

- Documentação das estratégias definidas para o gerenciamento do Risco de Mercado, que estabeleçam os limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao Risco de Mercado em níveis considerados aceitáveis, conforme estabelecido nas Políticas de Investimentos;
- Monitoramento e controle da exposição ao Risco de Mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de Risco de Mercado com geração de relatórios tempestivos para avaliação;
- Identificação prévia dos riscos inerentes a novas atividades e produtos, e análise prévia de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pelos Gestores de Investimentos;
- Análise de simulações de condições extremas de mercado, inclusive da quebra de premissas, para estabelecer ou rever políticas e limites definidos.

12.3.1 Métricas de Avaliação

O acompanhamento do risco de mercado será feito através de duas ferramentas estatísticas: Value-at-Risk (VaR) ou *Benchmark* Value-at-Risk (B-VaR) e Stress Test. O VaR (B-VaR) estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. O Stress Test avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores

mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

Os Gestores Externos de Investimentos deverão avaliar diariamente o VaR e Stress dos Fundos e Carteiras e mensalmente apresentar os resultados ao Fundo Paraná. Alertas de oscilações não esperadas deverão ser comunicados ao Fundo Paraná, para análise e dependendo da situação, estes poderão deliberar sobre o imediato ajuste ou sobre o plano de adequação para posterior ratificação.

12.4 GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência da indisponibilidade de recursos para liquidação de suas obrigações atuariais (Passivo) na sua respectiva competência e posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

12.4.1 MÉTRICAS DE AVALIAÇÃO

Serão adotados os seguintes mecanismos de controle para mitigação desses riscos:

- Cotização de Fundos de Investimentos:
 - Observação das regras para solicitação de resgates, cotização e pagamento de resgates;
 - Observação do prazo de duração do fundo, no caso de fundos fechados.
- Liquidez de Ativos:
 - Observação da liquidez do mercado secundário.
- Pagamento de Obrigações:
 - O risco de cumprimento das obrigações deverá ser continuamente monitorado.

12.5 GERENCIAMENTO DE RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização parcial ou total da Gestão dos Investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o Fundo Paraná tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, exatamente em linha com o que

estabelece o Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC em seu item 63: “O procedimento de seleção dos gestores, pela EFPC, deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros”.

Além disso, poderá haver o acompanhamento, com assessoria de consultoria especializada, dos seguintes pontos relativos aos gestores terceirizados:

- Alterações profundas na estrutura da instituição gestora dos recursos;
- Mudanças na equipe principal;
- Mudança de perfil de risco dos investimentos;
- Eventuais desenquadramentos.

12.6 GERENCIAMENTO DE RISCO LEGAL

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio de:

- Relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às Políticas de Investimentos, elaborados com periodicidade semestral e analisados pelo Conselho Fiscal;
- Utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros.

12.7 GERENCIAMENTO DE RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico se caracteriza pelas condições de ordem política ou econômica no cenário nacional ou internacional, as quais podem influenciar a variação de preço dos ativos das carteiras. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser descartado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para o monitoramento do risco sistêmico será calculado o *VaR* e *Stress* da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.

13. DESENQUADRAMENTOS

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esta situação não pode ser totalmente descartada.

O Núcleo de Investimentos será responsável pela consolidação das posições das carteiras de investimentos, de acordo com os limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos e na legislação pertinente.

No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos deverão ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até a mudança de gestão da totalidade dos recursos investidos;
- Os desenquadramentos gerados de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais.

14. ACOMPANHAMENTO DOS AGENTES FIDUCIÁRIOS E ÁREAS ENVOLVIDAS

Os agentes fiduciários, como Gestores, Custodiantes, Administradores, Consultores, bem como todos os demais profissionais que participam do processo de análise, assessoramento, operacional e decisório sobre os investimentos, serão acompanhados e avaliados periodicamente, de acordo com suas funções, pela Diretoria do Fundo Paraná. Adicionalmente, serão observadas as questões de conflitos de interesse, sempre visando à inexistência de tais situações, sobretudo nas questões relacionadas à gestão de recursos, avaliação de riscos e enquadramento.

15. LIMITES DE ALÇADAS

As alçadas de investimentos estabelecem as limitações de competências para tomada de decisão de investimentos nos diversos níveis hierárquicos do Fundo Paraná, em estrita observância das Políticas de Investimentos.

Desta forma, limites são estabelecidos com o objetivo de assegurar que sejam formalmente gerenciados os potenciais impactos adversos que influenciam a execução dos objetivos da Entidade. O AETQ em conjunto com o Núcleo de Investimentos é responsável pela execução das transações financeiras, como aplicação de investimentos e desinvestimentos (resgates).

A utilização dos recursos financeiros, a partir da entrada no caixa da Entidade, obedecerá à Política de Alçadas, de acordo com sua finalidade.

Política de Investimentos 2019
Plano de Previdência JMalucelli

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:
04221 - FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA
2. Exercício:
2019
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:
CD/055/2018
4. Plano de Benefício:
2005.0008-92 - Plano de Benefícios JMalucelli
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:
Indexador: INPC / Taxa de Juros: 4,5% ao ano
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:
Thiago Nieweglowski
7. ARGR - Administrador Responsável pela Gestão de Risco:
Thiago Nieweglowski
8. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:
(X) Meio Eletrônico () Impresso

Responsável, Local e Data

Curitiba, 18 de dezembro de 2018.

RENATO FOLLADOR JUNIOR

Presidente

THIAGO NIEWEGLOWSKI

**Diretor Administrativo, Financeiro e
de Seguridade**

MACROALOCAÇÃO DOS ATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, estabelece que os segmentos de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPCs, são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, fundos imobiliários e operações com participantes.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras estão definidos no **Quadro Resumo de Macroalocações** desta Política. **(ANEXO I)**

O ponto ótimo de alocação em cada segmento foi definido considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos e do estudo de Fronteira Eficiente. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que poderia levar a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação estabelecidos.

Caso a posição consolidada da carteira do Fundo Paraná esteja fora dos limites de alocação estabelecidos para 2019, no fechamento do mês, devido a desenquadramento passivo, a Diretoria Executiva elaborará um plano em direção ao reenquadramento, observados os condicionantes do cenário macroeconômico, e informará ao Comitê de Investimentos e ao Conselhos Deliberativo e Fiscal, na reunião subsequente ao fato gerador.

A presente Política poderá ser alterada, seguindo os trâmites nela definidos, caso ocorram mudanças expressivas no cenário econômico ou outras questões relevantes, durante sua vigência.

ANEXO I - Alocação

Alocação de Recursos	Margem de Alocação								
	PERFIL								
	AGRESSIVO			MODERADO			CONSERVADOR		
	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)
Inf (%)	Sup (%)	Inf (%)		Sup (%)	Inf (%)		Sup (%)		
1. Renda Fixa	40	100	45	60	100	65	80	100	80
1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	40	100		60	100		80	100	
1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0	10		0	10		0	10	
1.3 Derivativos de RF	0	80		0	80		0	80	
2. Renda Variável	0	50	40	0	30	20	0	10	5
2.1 Carteira de Ações em	0	50		0	30		0	10	
2.2 Carteira de Participações	0	0		0	0		0	0	
2.3 Carteira de RV - Outros	0	0		0	0		0	0	
2.4 Derivativos de RV	0	35		0	15		0	0	
3. Investimentos Estruturados	0	10	0	0	10	0	0	10	0
3.1 Carteira de Multimercado	0	10		0	10		0	10	
4. Investimentos no Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1 Carteira de Fundos de	0	0		0	0		0	0	
5. Fundos Imobiliários	0	5	0	0	5	0	0	5	0
5.1 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII e FICFII)	0	5		0	5		0	5	
5.2 Certificados de Recebíveis	0	3		0	3		0	3	
5.3 Cédulas de Crédito	0	3		0	3		0	3	
6. Operações com	0	15	15	0	15	15	0	15	15
6.1 Carteira de Empréstimos	0	15		0	15		0	15	
6.2 Carteira de Empréstimos Imobiliários	0	0		0	0		0	0	

PROJETO FASES DA VIDA	RF	RV	EP
FASE CARREIRA (PERFIL AGRESSIVO)	45%	40%	15%
FASE MATURIDADE (PERFIL MODERADO)	65%	20%	15%
FASE SOSSEGO (PERFIL CONSERVADOR)	80%	5%	15%

Obs. Mesmo o Projeto Fases da Vida sendo o mais indicado, nem todos os participantes se sentirão confortáveis com o Perfil sugerido. Por isso, oferecemos aos participantes a oportunidade de escolher o Perfil mais adequado à aplicação de seus recursos. A opção poderá ser revista anualmente entre os meses de setembro e novembro, através do preenchimento e encaminhamento de formulário específico, para realocação dos recursos em janeiro do ano seguinte. Os Assistidos serão alocados automaticamente

Diversificação:

Serão utilizados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661/2018.

A aplicação dos recursos será feita de forma balanceada e diversificada, de acordo com o Perfil de Investimento, respeitando a capacidade de poupança atual, o perfil e os objetivos do participante.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos:

O ano de 2019 deve ser marcado pela recuperação cíclica da economia brasileira, que supera a grave crise dos últimos dois anos. Esse cenário é propício para melhoras nos resultados das companhias abertas e por consequência para boas rentabilidades dos fundos de ações. Com a elevada ociosidade da economia, o país poderá crescer sem pressão inflacionária imediata, porém a conjuntura indica normalização da taxa de juros para níveis mais elevados dos que os atuais. Isso significa que, conquanto haja relativa estabilidade no cenário financeiro internacional, ativos de renda fixa atrelados ao CDI devem entregar retornos com baixa volatilidade, enquanto ativos indexados a índices de preços ainda são remunerados com um prêmio adicional. O universo de crédito privado está em situação mais confortável, com baixa alavancagem da economia e menores índices de inadimplência, sugerindo que esses ativos podem apresentar rentabilidades em excesso dos títulos públicos, com relativa estabilidade. O cenário

internacional apresenta-se mais desafiador para países emergentes devido à redução do nível de liquidez mundial e tensões comerciais entre grandes potências. Por um lado, esses fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos por causarem incertezas, mas, por outro lado, podem se apresentar como oportunidades para o Brasil, uma vez que deve se destacar como o país emergente com melhores oportunidades de investimentos. Diante desse cenário considera-se fundamental manter exposições a ativos com risco local para aproveitar os prêmios de retorno de longo prazo.

Objetivos da Gestão:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações atuariais, buscando superar a taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 4,5% ao ano, no caso dos Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida;

Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

As Carteiras de Renda Fixa e de Operações com Participantes serão comparados à Meta Atuarial.

A Carteira de Renda Variável será comparada ao Índice Bovespa.

Crítérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Operações com no máximo 3 corretoras - função do nível de desconto de corretagem, qualidade das informações e agilidade na prestação dos serviços.

Os administradores dos fundos ou carteiras serão selecionados em função do custo de administração, serviços oferecidos, informações prestadas e histórico de rentabilidade das aplicações.

Estratégia de Formação de Preço - Investimentos e Desinvestimentos

As informações utilizadas para a tomada de decisão serão obtidas de fontes públicas e de consultorias especializadas. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente,

por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro.

A seleção de Fundos de Investimento passará por duas abordagens: (a) aprovação da Instituição Gestora e (b) avaliação do desempenho do Fundo. Os Fundos de Investimento serão objeto de reavaliação de performance, com metodologia que considere risco e retorno. Preponderantemente, os investimentos em renda variável serão direcionados para Fundos de Investimentos em Ações na categoria de Dividendos e Small Caps, categorias compostas por ativos selecionados a partir de análises fundamentalistas.

Poderão ser efetuadas movimentações para realocação entre segmentos de investimento, mantendo a margem de alocação definida.

Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico estão detalhados no nesta Política de Investimentos.

Observações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesta Política, mas que estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Deliberativo para sua avaliação.

ANEXO II - Concentrações

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FII FICFII CRI CCI	0,00	25,00

ANEXO III - Rentabilidades

RENTABILIDADE AUFERIDA PELO PLANO E SEGMENTOS DE APLICAÇÃO (Últimos 5 anos)

Plano/Segmento		2014	2015	2016	2017	2018	
PLANO JMalucelli	PERFIL AGRESSIVO	Anual	1,37	6,21	14,06	16,30	7,74
		Acumul.	1,37	7,67	22,80	42,82	53,87
	PERFIL MODERADO	Anual	1,37	6,21	13,92	12,38	8,50
		Acumul.	1,37	7,67	22,65	37,84	49,55
	PERFIL CONSERVA DOR	Anual	1,37	6,21	16,98	7,18	6,71
		Acumul.	1,37	7,67	25,95	34,99	44,05
RENDA FIXA		Anual	10,67	13,97	11,67	8,77	9,21
		Acumul.	10,67	26,13	40,85	53,20	67,31
RENDA VARIÁVEL		Anual	-6,51	-3,07	21,82	32,46	10,15
		Acumul.	-6,51	-9,38	10,39	46,23	61,07
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		Anual					
		Acumul.					
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		Anual					
		Acumul.					
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		Anual					
		Acumul.					
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES		Anual		5,83	15,94	10,36	12,33
		Acumul.		5,83	22,70	35,41	52,11

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:
04221 - FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA
2. Exercício:
2019
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:
CD/055/2018
4. Plano de Benefício:
2006.0042-47 - Plano de Benefícios ACPREV
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:
Indexador: INPC / Taxa de Juros: 4,5% ao ano
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:
Thiago Nieweglowski
7. ARGR - Administrador Responsável pela Gestão de Risco:
Thiago Nieweglowski
8. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:
(X) Meio Eletrônico () Impresso

Responsável, Local e Data

Curitiba, 18 de dezembro de 2018.

RENATO FOLLADOR JUNIOR

Presidente

THIAGO NIEWEGLOWSKI

**Diretor Administrativo, Financeiro e
de Seguridade**

MACROALOCAÇÃO DOS ATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, estabelece que os segmentos de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPCs, são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, fundos imobiliários e operações com participantes.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras estão definidos no **Quadro Resumo de Macroalocações** desta Política. **(ANEXO I)**

O ponto ótimo de alocação em cada segmento foi definido considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos e do estudo de Fronteira Eficiente. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que poderia levar a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação estabelecidos.

Caso a posição consolidada da carteira do Fundo Paraná esteja fora dos limites de alocação estabelecidos para 2019, no fechamento do mês, devido a desenquadramento passivo, a Diretoria Executiva elaborará um plano em direção ao reenquadramento, observados os condicionantes do cenário macroeconômico, e informará ao Comitê de Investimentos e ao Conselhos Deliberativo e Fiscal, na reunião subsequente ao fato gerador.

A presente Política poderá ser alterada, seguindo os trâmites nela definidos, caso ocorram mudanças expressivas no cenário econômico ou outras questões relevantes, durante sua vigência.

ANEXO I - Alocação

Alocação de Recursos	Margem de Alocação								
	PERFIL								
	AGRESSIVO			MODERADO			CONSERVADOR		
	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)
	Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)	
1. Renda Fixa	40	100	45	60	100	65	80	100	80
1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	40	100		60	100		80	100	
1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0	10		0	10		0	10	
1.3 Derivativos de RF	0	80		0	80		0	80	
2. Renda Variável	0	50	40	0	30	20	0	10	5
2.1 Carteira de Ações em	0	50		0	30		0	10	
2.2 Carteira de Participações	0	0		0	0		0	0	
2.3 Carteira de RV - Outros	0	0		0	0		0	0	
2.4 Derivativos de RV	0	35		0	15		0	0	
3. Investimentos Estruturados	0	10	0	0	10	0	0	10	0
3.1 Carteira de Multimercado	0	10		0	10		0	10	
4. Investimentos no Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1 Carteira de Fundos de	0	0		0	0		0	0	
5. Fundos Imobiliários	0	5	0	0	5	0	0	5	0
5.1 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII e FICFII)	0	5		0	5		0	5	
5.2 Certificados de Recebíveis	0	3		0	3		0	3	
5.3 Cédulas de Crédito	0	3		0	3		0	3	
6. Operações com	0	15	15	0	15	15	0	15	15
6.1 Carteira de Empréstimos	0	15		0	15		0	15	
6.2 Carteira de Empréstimos Imobiliários	0	0		0	0		0	0	

PROJETO FASES DA VIDA	RF	RV	EP
FASE CARREIRA (PERFIL AGRESSIVO)	45%	40%	15%
FASE MATURIDADE (PERFIL MODERADO)	65%	20%	15%
FASE SOSSEGO (PERFIL CONSERVADOR)	80%	5%	15%

Obs. Mesmo o Projeto Fases da Vida sendo o mais indicado, nem todos os participantes se sentirão confortáveis com o Perfil sugerido. Por isso, oferecemos aos participantes a oportunidade de escolher o Perfil mais adequado à aplicação de seus recursos. A opção poderá ser revista anualmente entre os meses de setembro e novembro, através do preenchimento e encaminhamento de formulário específico, para realocação dos recursos em janeiro do ano seguinte. Os Assistidos serão alocados automaticamente

Diversificação:

Serão utilizados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661/2018.

A aplicação dos recursos será feita de forma balanceada e diversificada, de acordo com o Perfil de Investimento, respeitando a capacidade de poupança atual, o perfil e os objetivos do participante.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos:

O ano de 2019 deve ser marcado pela recuperação cíclica da economia brasileira, que supera a grave crise dos últimos dois anos. Esse cenário é propício para melhoras nos resultados das companhias abertas e por consequência para boas rentabilidades dos fundos de ações. Com a elevada ociosidade da economia, o país poderá crescer sem pressão inflacionária imediata, porém a conjuntura indica normalização da taxa de juros para níveis mais elevados dos que os atuais. Isso significa que, conquanto haja relativa estabilidade no cenário financeiro internacional, ativos de renda fixa atrelados ao CDI devem entregar retornos com baixa volatilidade, enquanto ativos indexados a índices de preços ainda são remunerados com um prêmio adicional. O universo de crédito privado está em situação mais confortável, com baixa alavancagem da economia e menores índices de inadimplência, sugerindo que esses ativos podem apresentar rentabilidades em excesso dos títulos públicos, com relativa estabilidade. O cenário internacional apresenta-se mais desafiador para países emergentes devido à

redução do nível de liquidez mundial e tensões comerciais entre grandes potências. Por um lado, esses fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos por causarem incertezas mas, por outro lado, podem se apresentar como oportunidades para o Brasil, uma vez que deve se destacar como o país emergente com melhores oportunidades de investimentos. Diante desse cenário considera-se fundamental manter exposições a ativos com risco local para aproveitar os prêmios de retorno de longo prazo.

Objetivos da Gestão:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações atuariais, buscando superar a taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 4,5% ao ano, no caso dos Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida;

Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

As Carteiras de Renda Fixa e de Operações com Participantes serão comparados à Meta Atuarial.

A Carteira de Renda Variável será comparada ao Índice Bovespa.

Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Operações com no máximo 3 corretoras - função do nível de desconto de corretagem, qualidade das informações e agilidade na prestação dos serviços.

Os administradores dos fundos ou carteiras serão selecionados em função do custo de administração, serviços oferecidos, informações prestadas e histórico de rentabilidade das aplicações.

Estratégia de Formação de Preço - Investimentos e Desinvestimentos

As informações utilizadas para a tomada de decisão serão obtidas de fontes públicas e de consultorias especializadas. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente,

por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro.

A seleção de Fundos de Investimento passará por duas abordagens: (a) aprovação da Instituição Gestora e (b) avaliação do desempenho do Fundo. Os Fundos de Investimento serão objeto de reavaliação de performance, com metodologia que considere risco e retorno. Preponderantemente, os investimentos em renda variável serão direcionados para Fundos de Investimentos em Ações na categoria de Dividendos e Small Caps, categorias compostas por ativos selecionados a partir de análises fundamentalistas.

Poderão ser efetuadas movimentações para realocação entre segmentos de investimento, mantendo a margem de alocação definida.

Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico estão detalhados no nesta Política de Investimentos.

Observações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesta Política, mas que estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Deliberativo para sua avaliação.

ANEXO II - Concentrações

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FII FICFII CRI CCI	0,00	25,00

ANEXO III - Rentabilidades

RENTABILIDADE AUFERIDA PELO PLANO E SEGMENTOS DE APLICAÇÃO (Últimos 5 anos)

Plano/Segmento			2014	2015	2016	2017	2018
PLANO ACPrev	PERFIL AGRESSIVO	Anual	0,86	5,25	14,42	17,33	7,69
		Acumulada	0,86	6,16	21,46	42,51	53,47
	PERFIL MODERADO	Anual	0,86	5,25	13,06	10,97	7,81
		Acumulada	0,86	6,16	20,02	33,19	43,59
	PERFIL CONSERVADOR	Anual	0,86	5,25	14,90	8,18	7,77
		Acumulada	0,86	6,16	21,97	31,95	42,20
RENDA FIXA		Anual	10,67	13,97	11,67	8,77	9,21
		Acumulada	10,67	26,13	40,85	53,20	67,31
RENDA VARIÁVEL		Anual	-6,51	-3,07	21,81	32,22	10,03
		Acumulada	-6,51	-9,38	10,38	45,95	60,59
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		Anual					
		Acumulada					
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		Anual					
		Acumulada					
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		Anual					
		Acumulada					
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES		Anual			6,86	10,02	12,64
		Acumulada			6,86	17,57	32,43

Política de Investimentos 2019
Plano de Previdência DentalUNIPrev

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:
04221 - FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA
2. Exercício:
2019
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:
CD/055/2018
4. Plano de Benefício:
2012.0016-29 - Plano de Benefícios DentalUNIPrev
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:
Indexador: INPC / Taxa de Juros: 4,5% ao ano
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:
Thiago Nieweglowski
7. ARGR - Administrador Responsável pela Gestão de Risco:
Thiago Nieweglowski
8. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:
(X) Meio Eletrônico () Impresso

Responsável, Local e Data

Curitiba, 18 de dezembro de 2018.

RENATO FOLLADOR JUNIOR

Presidente

THIAGO NIEWEGLOWSKI

**Diretor Administrativo, Financeiro e
de Seguridade**

MACROALOCAÇÃO DOS ATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, estabelece que os segmentos de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPCs, são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, fundos imobiliários e operações com participantes.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras estão definidos no **Quadro Resumo de Macroalocações** desta Política. **(ANEXO I)**

O ponto ótimo de alocação em cada segmento foi definido considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos e do estudo de Fronteira Eficiente. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que poderia levar a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação estabelecidos.

Caso a posição consolidada da carteira do Fundo Paraná esteja fora dos limites de alocação estabelecidos para 2019, no fechamento do mês, devido a desenquadramento passivo, a Diretoria Executiva elaborará um plano em direção ao reenquadramento, observados os condicionantes do cenário macroeconômico, e informará ao Comitê de Investimentos e ao Conselhos Deliberativo e Fiscal, na reunião subsequente ao fato gerador.

A presente Política poderá ser alterada, seguindo os trâmites nela definidos, caso ocorram mudanças expressivas no cenário econômico ou outras questões relevantes, durante sua vigência.

ANEXO I - Alocação

Alocação de Recursos	Margem de Alocação								
	PERFIL								
	AGRESSIVO			MODERADO			CONSERVADOR		
	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)
	Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)	
1. Renda Fixa	40	100	45	60	100	65	80	100	80
1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	40	100		60	100		80	100	
1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0	10		0	10		0	10	
1.3 Derivativos de RF	0	80		0	80		0	80	
2. Renda Variável	0	50	40	0	30	20	0	10	5
2.1 Carteira de Ações em	0	50		0	30		0	10	
2.2 Carteira de Participações	0	0		0	0		0	0	
2.3 Carteira de RV - Outros	0	0		0	0		0	0	
2.4 Derivativos de RV	0	35		0	15		0	0	
3. Investimentos Estruturados	0	10	0	0	10	0	0	10	0
3.1 Carteira de Multimercado	0	10		0	10		0	10	
4. Investimentos no Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1 Carteira de Fundos de	0	0		0	0		0	0	
5. Fundos Imobiliários	0	5	0	0	5	0	0	5	0
5.1 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII e FICFII)	0	5		0	5		0	5	
5.2 Certificados de Recebíveis	0	3		0	3		0	3	
5.3 Cédulas de Crédito	0	3		0	3		0	3	
6. Operações com	0	15	15	0	15	15	0	15	15
6.1 Carteira de Empréstimos	0	15		0	15		0	15	
6.2 Carteira de Empréstimos Imobiliários	0	0		0	0		0	0	

PROJETO FASES DA VIDA	RF	RV	EP
FASE CARREIRA (PERFIL AGRESSIVO)	45%	40%	15%
FASE MATURIDADE (PERFIL MODERADO)	65%	20%	15%
FASE SOSSEGO (PERFIL CONSERVADOR)	80%	5%	15%

Obs. Mesmo o Projeto Fases da Vida sendo o mais indicado, nem todos os participantes se sentirão confortáveis com o Perfil sugerido. Por isso, oferecemos aos participantes a oportunidade de escolher o Perfil mais adequado à aplicação de seus recursos. A opção poderá ser revista anualmente entre os meses de setembro e novembro, através do preenchimento e encaminhamento de formulário específico, para realocação dos recursos em janeiro do ano seguinte. Os Assistidos serão alocados automaticamente

Diversificação:

Serão utilizados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661/2018.

A aplicação dos recursos será feita de forma balanceada e diversificada, de acordo com o Perfil de Investimento, respeitando a capacidade de poupança atual, o perfil e os objetivos do participante.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos:

O ano de 2019 deve ser marcado pela recuperação cíclica da economia brasileira, que supera a grave crise dos últimos dois anos. Esse cenário é propício para melhoras nos resultados das companhias abertas e por consequência para boas rentabilidades dos fundos de ações. Com a elevada ociosidade da economia, o país poderá crescer sem pressão inflacionária imediata, porém a conjuntura indica normalização da taxa de juros para níveis mais elevados dos que os atuais. Isso significa que, conquanto haja relativa estabilidade no cenário financeiro internacional, ativos de renda fixa atrelados ao CDI devem entregar retornos com baixa volatilidade, enquanto ativos indexados a índices de preços ainda são remunerados com um prêmio adicional. O universo de crédito privado está em situação mais confortável, com baixa alavancagem da economia e menores índices de inadimplência, sugerindo que esses ativos podem apresentar rentabilidades em excesso dos títulos públicos, com relativa estabilidade. O cenário

internacional apresenta-se mais desafiador para países emergentes devido à redução do nível de liquidez mundial e tensões comerciais entre grandes potências. Por um lado, esses fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos por causarem incertezas mas, por outro lado, podem se apresentar como oportunidades para o Brasil, uma vez que deve se destacar como o país emergente com melhores oportunidades de investimentos. Diante desse cenário considera-se fundamental manter exposições a ativos com risco local para aproveitar os prêmios de retorno de longo prazo.

Objetivos da Gestão:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações atuariais, buscando superar a taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 4,5% ao ano, no caso dos Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida;

Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

As Carteiras de Renda Fixa e de Operações com Participantes serão comparados à Meta Atuarial.

A Carteira de Renda Variável será comparada ao Índice Bovespa.

Crítérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Operações com no máximo 3 corretoras - função do nível de desconto de corretagem, qualidade das informações e agilidade na prestação dos serviços.

Os administradores dos fundos ou carteiras serão selecionados em função do custo de administração, serviços oferecidos, informações prestadas e histórico de rentabilidade das aplicações.

Estratégia de Formação de Preço - Investimentos e Desinvestimentos

As informações utilizadas para a tomada de decisão serão obtidas de fontes públicas e de consultorias especializadas. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente,

por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro.

A seleção de Fundos de Investimento passará por duas abordagens: (a) aprovação da Instituição Gestora e (b) avaliação do desempenho do Fundo. Os Fundos de Investimento serão objeto de reavaliação de performance, com metodologia que considere risco e retorno. Preponderantemente, os investimentos em renda variável serão direcionados para Fundos de Investimentos em Ações na categoria de Dividendos e Small Caps, categorias compostas por ativos selecionados a partir de análises fundamentalistas.

Poderão ser efetuadas movimentações para realocação entre segmentos de investimento, mantendo a margem de alocação definida.

Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico estão detalhados no nesta Política de Investimentos.

Observações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesta Política, mas que estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Deliberativo para sua avaliação.

ANEXO II - Concentrações

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FII FICFII CRI CCI	0,00	25,00

ANEXO III - Rentabilidades

RENTABILIDADE AUFERIDA PELO PLANO E SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

(Últimos 5 anos)

Plano/Segmento			2014	2015	2016	2017	2018
PLANO DentalUNIPrev	PERFIL AGRESSIVO	Anual	1,14	5,95	13,20	16,42	7,57
		Acumulada	1,14	7,16	21,30	41,22	51,91
	PERFIL MODERADO	Anual	1,14	5,95	13,95	11,21	7,81
		Acumulada	1,14	7,16	22,11	35,79	46,40
	PERFIL CONSERVADOR	Anual	1,14	5,95	13,23	7,91	7,54
		Acumulada	1,14	7,16	21,33	30,93	40,80
RENDA FIXA		Anual	10,67	13,97	11,67	8,77	9,21
		Acumulada	10,67	26,13	40,85	53,20	67,31
RENDA VARIÁVEL		Anual	-6,50	-3,29	21,80	31,65	10,20
		Acumulada	-6,50	-9,58	10,14	44,99	59,78
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		Anual					
		Acumulada					
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		Anual					
		Acumulada					
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		Anual					
		Acumulada					
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES		Anual			6,37	9,80	12,60
		Acumulada			6,37	16,79	31,51

Política de Investimentos 2019
Plano de Previdência Mais Futuro

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:
04221 - FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA
2. Exercício:
2019
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:
CD/055/2018
4. Plano de Benefício:
2012.0018-74 - Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:
Indexador: INPC / Taxa de Juros: 4,5% ao ano
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:
Thiago Nieweglowski
7. ARGR - Administrador Responsável pela Gestão de Risco:
Thiago Nieweglowski
8. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:
(X) Meio Eletrônico () Impresso

Responsável, Local e Data

Curitiba, 18 de dezembro de 2018.

RENATO FOLLADOR JUNIOR

Presidente

THIAGO NIEWEGLOWSKI

**Diretor Administrativo, Financeiro e
de Seguridade**

MACROALOCAÇÃO DOS ATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, estabelece que os segmentos de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPCs, são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, fundos imobiliários e operações com participantes.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras estão definidos no **Quadro Resumo de Macroalocações** desta Política. **(ANEXO I)**

O ponto ótimo de alocação em cada segmento foi definido considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos e do estudo de Fronteira Eficiente. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que poderia levar a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação estabelecidos.

Caso a posição consolidada da carteira do Fundo Paraná esteja fora dos limites de alocação estabelecidos para 2019, no fechamento do mês, devido a desenquadramento passivo, a Diretoria Executiva elaborará um plano em direção ao reenquadramento, observados os condicionantes do cenário macroeconômico, e informará ao Comitê de Investimentos e ao Conselhos Deliberativo e Fiscal, na reunião subsequente ao fato gerador.

A presente Política poderá ser alterada, seguindo os trâmites nela definidos, caso ocorram mudanças expressivas no cenário econômico ou outras questões relevantes, durante sua vigência.

ANEXO I - Alocação

Alocação de Recursos	Margem de Alocação								
	PERFIL								
	AGRESSIVO			MODERADO			CONSERVADOR		
	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)
	Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)	
1. Renda Fixa	40	100	45	60	100	65	80	100	80
1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	40	100		60	100		80	100	
1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0	10		0	10		0	10	
1.3 Derivativos de RF	0	80		0	80		0	80	
2. Renda Variável	0	50	40	0	30	20	0	10	5
2.1 Carteira de Ações em	0	50		0	30		0	10	
2.2 Carteira de Participações	0	0		0	0		0	0	
2.3 Carteira de RV - Outros	0	0		0	0		0	0	
2.4 Derivativos de RV	0	35		0	15		0	0	
3. Investimentos Estruturados	0	10	0	0	10	0	0	10	0
3.1 Carteira de Multimercado	0	10		0	10		0	10	
4. Investimentos no Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1 Carteira de Fundos de	0	0		0	0		0	0	
5. Fundos Imobiliários	0	5	0	0	5	0	0	5	0
5.1 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII e FICFII)	0	5		0	5		0	5	
5.2 Certificados de Recebíveis	0	3		0	3		0	3	
5.3 Cédulas de Crédito	0	3		0	3		0	3	
6. Operações com	0	15	15	0	15	15	0	15	15
6.1 Carteira de Empréstimos	0	15		0	15		0	15	
6.2 Carteira de Empréstimos Imobiliários	0	0		0	0		0	0	

PROJETO FASES DA VIDA	RF	RV	EP
FASE CARREIRA (PERFIL AGRESSIVO)	45%	40%	15%
FASE MATURIDADE (PERFIL MODERADO)	65%	20%	15%
FASE SOSSEGO (PERFIL CONSERVADOR)	80%	5%	15%

Obs. Mesmo o Projeto Fases da Vida sendo o mais indicado, nem todos os participantes se sentirão confortáveis com o Perfil sugerido. Por isso, oferecemos aos participantes a oportunidade de escolher o Perfil mais adequado à aplicação de seus recursos. A opção poderá ser revista anualmente entre os meses de setembro e novembro, através do preenchimento e encaminhamento de formulário específico, para realocação dos recursos em janeiro do ano seguinte. Os Assistidos serão alocados automaticamente

Diversificação:

Serão utilizados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661/2018.

A aplicação dos recursos será feita de forma balanceada e diversificada, de acordo com o Perfil de Investimento, respeitando a capacidade de poupança atual, o perfil e os objetivos do participante.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos:

O ano de 2019 deve ser marcado pela recuperação cíclica da economia brasileira, que supera a grave crise dos últimos dois anos. Esse cenário é propício para melhoras nos resultados das companhias abertas e por consequência para boas rentabilidades dos fundos de ações. Com a elevada ociosidade da economia, o país poderá crescer sem pressão inflacionária imediata, porém a conjuntura indica normalização da taxa de juros para níveis mais elevados dos que os atuais. Isso significa que, conquanto haja relativa estabilidade no cenário financeiro internacional, ativos de renda fixa atrelados ao CDI devem entregar retornos com baixa volatilidade, enquanto ativos indexados a índices de preços ainda são remunerados com um prêmio adicional. O universo de crédito privado está em situação mais confortável, com baixa alavancagem da economia e menores índices de inadimplência, sugerindo que esses ativos podem apresentar rentabilidades em excesso dos títulos públicos, com relativa estabilidade. O cenário internacional apresenta-se mais desafiador para países emergentes devido à

redução do nível de liquidez mundial e tensões comerciais entre grandes potências. Por um lado, esses fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos por causarem incertezas mas, por outro lado, podem se apresentar como oportunidades para o Brasil, uma vez que deve se destacar como o país emergente com melhores oportunidades de investimentos. Diante desse cenário considera-se fundamental manter exposições a ativos com risco local para aproveitar os prêmios de retorno de longo prazo.

Objetivos da Gestão:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações atuariais, buscando superar a taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 4,5% ao ano, no caso dos Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida;

Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

As Carteiras de Renda Fixa e de Operações com Participantes serão comparados à Meta Atuarial.

A Carteira de Renda Variável será comparada ao Índice Bovespa.

Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Operações com no máximo 3 corretoras - função do nível de desconto de corretagem, qualidade das informações e agilidade na prestação dos serviços.

Os administradores dos fundos ou carteiras serão selecionados em função do custo de administração, serviços oferecidos, informações prestadas e histórico de rentabilidade das aplicações.

Estratégia de Formação de Preço - Investimentos e Desinvestimentos

As informações utilizadas para a tomada de decisão serão obtidas de fontes públicas e de consultorias especializadas. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado

padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro.

A seleção de Fundos de Investimento passará por duas abordagens: (a) aprovação da Instituição Gestora e (b) avaliação do desempenho do Fundo. Os Fundos de Investimento serão objeto de reavaliação de performance, com metodologia que considere risco e retorno. Preponderantemente, os investimentos em renda variável serão direcionados para Fundos de Investimentos em Ações na categoria de Dividendos e Small Caps, categorias compostas por ativos selecionados a partir de análises fundamentalistas.

Poderão ser efetuadas movimentações para realocação entre segmentos de investimento, mantendo a margem de alocação definida.

Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico estão detalhados no nesta Política de Investimentos.

Observações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesta Política, mas que estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Deliberativo para sua avaliação.

ANEXO II - Concentrações

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FII FICFII CRI CCI	0,00	25,00

ANEXO III - Rentabilidades

RENTABILIDADE AUFERIDA PELO PLANO E SEGMENTOS DE APLICAÇÃO
(Últimos 5 anos)

Plano/Segmento			2014	2015	2016	2017	2018
PLANO Mais Futuro	PERFIL AGRESSIVO	Anual	0,41	6,09	11,35	14,34	7,50
		Acumulada	0,41	6,52	18,62	35,63	45,80
	PERFIL MODERADO	Anual	0,41	6,09	11,54	11,78	7,97
		Acumulada	0,41	6,52	18,82	32,81	43,40
	PERFIL CONSERVADOR	Anual	0,41	6,09	14,13	8,20	7,72
		Acumulada	0,41	6,52	21,58	31,55	41,70
RENDA FIXA		Anual	10,67	13,97	11,67	8,77	9,21
		Acumulada	10,67	26,13	40,85	53,20	67,31
RENDA VARIÁVEL		Anual	-6,56	-3,25	21,92	31,24	9,48
		Acumulada	- 6,56	9,60	10,22	44,65	58,37
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		Anual					
		Acumulada					
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		Anual					
		Acumulada					
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		Anual					
		Acumulada					
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES		Anual			7,17	10,11	12,69
		Acumulada			7,17	18,00	32,98

Política de Investimentos 2019
Plano de Previdência COPANPrev

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:
04221 - FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA
2. Exercício:
2019
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:
CD/055/2018
4. Plano de Benefício:
2015.0018-83 - Plano de Benefícios COPANPrev
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:
Indexador: INPC / Taxa de Juros: 4,5% ao ano
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:
Thiago Nieweglowski
7. ARGR - Administrador Responsável pela Gestão de Risco:
Thiago Nieweglowski
8. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:
(X) Meio Eletrônico () Impresso

Responsável, Local e Data

Curitiba, 18 de dezembro de 2018.

RENATO FOLLADOR JUNIOR

Presidente

THIAGO NIEWEGLOWSKI

**Diretor Administrativo, Financeiro e
de Seguridade**

MACROALOCAÇÃO DOS ATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, estabelece que os segmentos de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPCs, são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, fundos imobiliários e operações com participantes.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras estão definidos no **Quadro Resumo de Macroalocações** desta Política. **(ANEXO I)**

O ponto ótimo de alocação em cada segmento foi definido considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos e do estudo de Fronteira Eficiente. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que poderia levar a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação estabelecidos.

Caso a posição consolidada da carteira do Fundo Paraná esteja fora dos limites de alocação estabelecidos para 2019, no fechamento do mês, devido a desenquadramento passivo, a Diretoria Executiva elaborará um plano em direção ao reenquadramento, observados os condicionantes do cenário macroeconômico, e informará ao Comitê de Investimentos e ao Conselhos Deliberativo e Fiscal, na reunião subsequente ao fato gerador.

A presente Política poderá ser alterada, seguindo os trâmites nela definidos, caso ocorram mudanças expressivas no cenário econômico ou outras questões relevantes, durante sua vigência.

ANEXO I - Alocação

Alocação de Recursos	Margem de Alocação								
	PERFIL								
	AGRESSIVO			MODERADO			CONSERVADOR		
	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)	Limite		Alvo (%)
	Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)		Inferior (%)	Superior (%)	
1. Renda Fixa	40	100	45	60	100	65	80	100	80
1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	40	100		60	100		80	100	
1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	0	10		0	10		0	10	
1.3 Derivativos de RF	0	80		0	80		0	80	
2. Renda Variável	0	50	40	0	30	20	0	10	5
2.1 Carteira de Ações em	0	50		0	30		0	10	
2.2 Carteira de Participações	0	0		0	0		0	0	
2.3 Carteira de RV - Outros	0	0		0	0		0	0	
2.4 Derivativos de RV	0	35		0	15		0	0	
3. Investimentos Estruturados	0	10	0	0	10	0	0	10	0
3.1 Carteira de Multimercado	0	10		0	10		0	10	
4. Investimentos no Exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1 Carteira de Fundos de	0	0		0	0		0	0	
5. Fundos Imobiliários	0	5	0	0	5	0	0	5	0
5.1 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII e FICFII)	0	5		0	5		0	5	
5.2 Certificados de Recebíveis	0	3		0	3		0	3	
5.3 Cédulas de Crédito	0	3		0	3		0	3	
6. Operações com	0	15	15	0	15	15	0	15	15
6.1 Carteira de Empréstimos	0	15		0	15		0	15	
6.2 Carteira de Empréstimos Imobiliários	0	0		0	0		0	0	

PROJETO FASES DA VIDA	RF	RV	EP
FASE CARREIRA (PERFIL AGRESSIVO)	45%	40%	15%
FASE MATURIDADE (PERFIL MODERADO)	65%	20%	15%
FASE SOSSEGO (PERFIL CONSERVADOR)	80%	5%	15%

Obs. Mesmo o Projeto Fases da Vida sendo o mais indicado, nem todos os participantes se sentirão confortáveis com o Perfil sugerido. Por isso, oferecemos aos participantes a oportunidade de escolher o Perfil mais adequado à aplicação de seus recursos. A opção poderá ser revista anualmente entre os meses de setembro e novembro, através do preenchimento e encaminhamento de formulário específico, para realocação dos recursos em janeiro do ano seguinte. Os Assistidos serão alocados automaticamente

Diversificação:

Serão utilizados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661/2018.

A aplicação dos recursos será feita de forma balanceada e diversificada, de acordo com o Perfil de Investimento, respeitando a capacidade de poupança atual, o perfil e os objetivos do participante.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos:

O ano de 2019 deve ser marcado pela recuperação cíclica da economia brasileira, que supera a grave crise dos últimos dois anos. Esse cenário é propício para melhoras nos resultados das companhias abertas e por consequência para boas rentabilidades dos fundos de ações. Com a elevada ociosidade da economia, o país poderá crescer sem pressão inflacionária imediata, porém a conjuntura indica normalização da taxa de juros para níveis mais elevados dos que os atuais. Isso significa que, conquanto haja relativa estabilidade no cenário financeiro internacional, ativos de renda fixa atrelados ao CDI devem entregar retornos com baixa volatilidade, enquanto ativos indexados a índices de preços ainda são remunerados com um prêmio adicional. O universo de crédito privado está em situação mais confortável, com baixa alavancagem da economia e menores índices de inadimplência, sugerindo que esses ativos podem apresentar rentabilidades em excesso dos títulos públicos, com relativa estabilidade. O cenário internacional apresenta-se mais desafiador para países emergentes devido à

redução do nível de liquidez mundial e tensões comerciais entre grandes potências. Por um lado, esses fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos por causarem incertezas mas, por outro lado, podem se apresentar como oportunidades para o Brasil, uma vez que deve se destacar como o país emergente com melhores oportunidades de investimentos. Diante desse cenário considera-se fundamental manter exposições a ativos com risco local para aproveitar os prêmios de retorno de longo prazo.

Objetivos da Gestão:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações atuariais, buscando superar a taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 4,5% ao ano, no caso dos Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida;

Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

As Carteiras de Renda Fixa e de Operações com Participantes serão comparados à Meta Atuarial.

A Carteira de Renda Variável será comparada ao Índice Bovespa.

Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Operações com no máximo 3 corretoras - função do nível de desconto de corretagem, qualidade das informações e agilidade na prestação dos serviços.

Os administradores dos fundos ou carteiras serão selecionados em função do custo de administração, serviços oferecidos, informações prestadas e histórico de rentabilidade das aplicações.

Estratégia de Formação de Preço - Investimentos e Desinvestimentos

As informações utilizadas para a tomada de decisão serão obtidas de fontes públicas e de consultorias especializadas. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado

padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro.

A seleção de Fundos de Investimento passará por duas abordagens: (a) aprovação da Instituição Gestora e (b) avaliação do desempenho do Fundo. Os Fundos de Investimento serão objeto de reavaliação de performance, com metodologia que considere risco e retorno. Preponderantemente, os investimentos em renda variável serão direcionados para Fundos de Investimentos em Ações na categoria de Dividendos e Small Caps, categorias compostas por ativos selecionados a partir de análises fundamentalistas.

Poderão ser efetuadas movimentações para realocação entre segmentos de investimento, mantendo a margem de alocação definida.

Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico estão detalhados no nesta Política de Investimentos.

Observações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesta Política, mas que estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Deliberativo para sua avaliação.

ANEXO II - Concentrações

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FII FICFII CRI CCI	0,00	25,00

ANEXO III - Rentabilidades

RENTABILIDADE AUFERIDA PELO PLANO E SEGMENTOS DE APLICAÇÃO
(Últimos 5 anos)

Plano/Segmento			2015	2016	2017	2018
PLANO COPANPrev	PERFIL AGRESSIVO	Anual		4,19	18,45	10,17
		Acumulada		4,19	23,41	35,96
	PERFIL MODERADO	Anual		11,78	8,55	6,53
		Acumulada		11,78	21,34	29,26
	PERFIL CONSERVADOR	Anual		6,97	8,04	7,49
		Acumulada		6,97	15,57	24,23
RENDA FIXA		Anual	1,31	11,67	8,77	9,21
		Acumulada	1,31	13,13	23,05	34,39
RENDA VARIÁVEL		Anual		20,37	30,07	8,47
		Acumulada		20,37	56,57	69,83
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		Anual				
		Acumulada				
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		Anual				
		Acumulada				
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		Anual				
		Acumulada				
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES		Anual				6,20
		Acumulada				6,20

Política de Investimentos 2019
Plano de Gestão Administrativa

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:
04221 - FUNDO PARANÁ DE PREVIDÊNCIA MULTIPATROCINADA
2. Exercício:
2019
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:
CD/055/2018
4. Plano de Gestão Administrativa:
9970000000 - Plano de Gestão Administrativa
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:
Indexador: INPC / Taxa de Juros: 4,5% ao ano
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:
Thiago Nieweglowski
7. ARGR - Administrador Responsável pela Gestão de Risco:
Thiago Nieweglowski
8. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:
(X) Meio Eletrônico () Impresso

Responsável, Local e Data

Curitiba, 18 de dezembro de 2018.

RENATO FOLLADOR JUNIOR

Presidente

THIAGO NIEWEGLOWSKI

**Diretor Administrativo, Financeiro e
de Seguridade**

MACROALOCAÇÃO DOS ATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, estabelece que os segmentos de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPCs, são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, fundos imobiliários e operações com participantes.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras estão definidos no **Quadro Resumo de Macroalocações** desta Política. **(ANEXO I)**

O ponto ótimo de alocação em cada segmento foi definido considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimentos e do estudo de Fronteira Eficiente. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que poderia levar a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação estabelecidos.

Caso a posição consolidada da carteira do Fundo Paraná esteja fora dos limites de alocação estabelecidos para 2019, no fechamento do mês, devido a desenquadramento passivo, a Diretoria Executiva elaborará um plano em direção ao reenquadramento, observados os condicionantes do cenário macroeconômico, e informará ao Comitê de Investimentos e ao Conselhos Deliberativo e Fiscal, na reunião subsequente ao fato gerador.

A presente Política poderá ser alterada, seguindo os trâmites nela definidos, caso ocorram mudanças expressivas no cenário econômico ou outras questões relevantes, durante sua vigência.

ANEXO I - Alocação

Alocação dos Recursos			
Período de Referência: 01/2019 a 12/2019			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	100,00	100,00	100,00

Diversificação:

Serão utilizados os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661/2018.

A aplicação dos recursos será feita de forma balanceada e diversificada, de acordo com o Perfil de Investimento, respeitando a capacidade de poupança atual, o perfil e os objetivos do participante.

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos:

O ano de 2019 deve ser marcado pela recuperação cíclica da economia brasileira, que supera a grave crise dos últimos dois anos. Esse cenário é propício para melhoras nos resultados das companhias abertas e por consequência para boas rentabilidades dos fundos de ações. Com a elevada ociosidade da economia, o país poderá crescer sem pressão inflacionária imediata, porém a conjuntura indica normalização da taxa de juros para níveis mais elevados dos que os atuais. Isso significa que, conquanto haja relativa estabilidade no cenário financeiro internacional, ativos de renda fixa atrelados ao CDI devem entregar retornos com baixa volatilidade, enquanto ativos indexados a índices de preços ainda são remunerados com um prêmio adicional. O universo de crédito privado está em situação mais confortável, com baixa alavancagem da economia e menores índices de inadimplência, sugerindo que esses ativos podem apresentar rentabilidades em excesso dos títulos públicos, com relativa estabilidade. O cenário internacional apresenta-se mais desafiador para países emergentes devido à redução do nível de liquidez mundial e tensões comerciais entre grandes potências. Por um lado, esses fatores podem prejudicar a retomada dos investimentos por causarem incertezas mas, por outro lado, podem se apresentar como oportunidades para o Brasil, uma vez que deve se destacar como o país emergente com melhores oportunidades de investimentos. Diante desse cenário considera-se

fundamental manter exposições a ativos com risco local para aproveitar os prêmios de retorno de longo prazo.

Objetivos da Gestão:

A gestão da alocação entre os segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações atuariais, buscando superar a taxa da meta atuarial, que é igual à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescido de 4,5% ao ano, no caso dos Perfis de Investimentos Agressivo, Moderado e Conservador, bem como no Projeto Fases da Vida;

Testes Comparativos e de Avaliação para Acompanhamento dos Resultados dos Gestores e da Diversificação da Gestão Externa dos Ativos

As Carteiras de Renda Fixa e de Operações com Participantes serão comparados à Meta Atuarial.

A Carteira de Renda Variável será comparada ao Índice Bovespa.

Crítérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados

Operações com no máximo 3 corretoras - função do nível de desconto de corretagem, qualidade das informações e agilidade na prestação dos serviços.

Os administradores dos fundos ou carteiras serão selecionados em função do custo de administração, serviços oferecidos, informações prestadas e histórico de rentabilidade das aplicações.

Estratégia de Formação de Preço - Investimentos e Desinvestimentos

As informações utilizadas para a tomada de decisão serão obtidas de fontes públicas e de consultorias especializadas. Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários, deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro.

A seleção de Fundos de Investimento passará por duas abordagens: (a) aprovação da Instituição Gestora e (b) avaliação do desempenho do Fundo. Os Fundos de Investimento serão objeto de reavaliação de performance, com metodologia que

considere risco e retorno. Preponderantemente, os investimentos em renda variável serão direcionados para Fundos de Investimentos em Ações na categoria de Dividendos e Small Caps, categorias compostas por ativos selecionados a partir de análises fundamentalistas.

Poderão ser efetuadas movimentações para realocação entre segmentos de investimento, mantendo a margem de alocação definida.

Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico estão detalhados no nesta Política de Investimentos.

Observações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesta Política, mas que estiverem de acordo com as diretrizes de investimentos e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Deliberativo para sua avaliação.

ANEXO II - Concentrações

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FII/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	15,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FII FICFII CRI CCI	0,00	25,00

ANEXO III - Rentabilidades

RENTABILIDADE AUFERIDA PELO PLANO E SEGMENTOS DE APLICAÇÃO (Últimos 5 anos)

Plano/Segmento		2014	2015	2016	2017	2018
PLANO de GESTÃO ADMINISTRATIVA	Anual	10,67	13,97	11,67	8,77	9,21
	Acumulada	10,67	26,13	40,85	53,20	67,31

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocínada, usando das atribuições que lhes conferem o Item II do Art. 35 do Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial e outras Demonstrações Financeiras, findos em 31 de dezembro de 2018, relativos ao Exercício de 2018, embasados no Parecer dos Auditores Independentes, emitido pela empresa CONSULT Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira do Fundo Paraná, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 26 de março de 2019

Hilário Mário Walesko

Presidente

Paulo Henrique Cariani

Conselheiro

Georgete Soares Bender

Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e outras Demonstrações Financeiras, findos em 31 de dezembro de 2018, relativos ao Exercício de 2018, embasados no Parecer dos Auditores Independentes, emitido pela empresa CONSULT Auditores Independentes, os Pareceres Atuariais, relativos aos Planos de Benefícios administrados pelo Fundo Paraná, emitidos pela atuária Rita Pasqual Anzolin – MIBA - 822, e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados conforme inciso IV do Art. 16, do Estatuto do Fundo Paraná, relativos ao Exercício de 2018.

Curitiba, 29 de março de 2019.

Cristiano Malucelli
Presidente

André Luiz Malucelli
Conselheiro

Camila Malucelli Brotto
Conselheira

Felipe José Vidigal dos Santos
Conselheiro

Mauricio Neubauer Gunther Fanganiello
Conselheiro

José Luiz Taborda Rauen
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Renato Follador Junior

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Thiago Nieweglowski

DIRETOR DE SEGURIDADE

Thiago Nieweglowski

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Cristiano Malucelli

André Luiz Malucelli

Camila Malucelli Brotto

Felipe José Vidigal dos Santos

José Luiz Taborda Rauen

Mauricio Neubauer Gunther Fanganiello

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Hilário Mário Walesko

Georgete Soares Bender

Paulo Henrique Cariani

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

PRESIDENTE

André Luiz Malucelli

Laércio Schulze de Sousa

Luiz Humberto de Souza Daniel

Vinicius José Ferreira de Almeida

